

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Epidemia não é tudo isso que a grande mídia fala, diz Bolsonaro	2
Título: Petróleo reforça efeito deflacionário, dizem analistas	3
Título: Tombo do petróleo abala caixa de vários Estados	5
Título: Coronavírus, petróleo, PIB	7
Título: Petróleo barato deve pressionar preços das refinarias para baixo	10
Título: Destaques	13
Título: Petrobras deve manter venda de ativos em reta final	13
Título: Sauditas ampliam guerra de preços com oferta maior	15
Título: Ações das petroleiras recuperam parte das perdas	17
Título: Curtas	19
Título: Santander inicia oferta de CBios	20
Título: Queda do etanol não assusta FS Bioenergia	22
Título: Gestor vê corte de juro como resposta a choque de petróleo e coronavírus	23
Título: Petrobras e Vale se destacam em carteiras da alta renda	25
Título: Carf mantém IR sobre energia elétrica furtada	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Petróleo em queda deve levar a bloqueio no Orçamento	28
Título: » Em risco	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	30
Título: Em viagem aos EUA, Bolsonaro prioriza narrativa a apoiadores	30
Título: Após tombo histórico, Bolsa de SP avança 7%; dólar recua para R\$ 4,647	32
Título: Rio diz que choque nos preços do petróleo é ‘hecatombe’ para receitas	34

Título: Bolsonaro nega que haja crise e diz que problemas na Bolsa acontecem	37
VEÍCULO: O Globo.....	39
Título: ‘Coronavírus não é isso tudo’, diz Bolsonaro.....	39
Título: Bolsas têm dia de alta com expectativa de estímulo.....	40
Título: Governo avalia medidas. Guedes pede ao Congresso aprovação de 16 projetos.....	42
Título: Com alta do dólar, tarifa da Light sobe 5,98% e a da Enel, 2,48%.....	45
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	46
Título: Trégua no mercado, incerteza no futuro	46

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Paola de Orte — Para o Valor, de Miami

Título: Epidemia não é tudo isso que a grande mídia fala, diz Bolsonaro

Para presidente, queda do petróleo de 30% é melhor do que alta similar

O coronavírus não é isso tudo, muito do que se fala sobre crise é fantasia e é melhor o preço do petróleo cair do que subir. Esta foi a visão compartilhada pelo presidente Jair Bolsonaro a uma plateia de empresários nos EUA, um dia após a bolsa brasileira ter a maior queda desde 1998, na esteira das preocupações globais com a epidemia e com a disputa pelo preço do barril de petróleo entre Arábia Saudita e Rússia.

“Durante o ano que se passou, obviamente, temos momentos de crise. Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga. Alguns da imprensa conseguiram fazer de uma crise a queda do preço do petróleo, entendo que daria muito mais... É melhor cair 30% do que subir 30% do preço do petróleo. Mas isso não é crise.”

As declarações foram feitas na manhã de ontem em Miami em discurso acompanhado por menos de cem convidados. Bolsonaro está na Flórida desde o sábado, quando jantou com o presidente americano, Donald Trump.

O presidente argumentou durante o discurso que problemas podem acontecer no mercado de ações e afirmou que a bolsa já havia iniciado as operações em alta - o Ibovespa subiu 7,14%, na expectativa de novos estímulos econômicos pelos EUA. “Obviamente, problemas na Bolsa, isso acontece esporadicamente.”

No dia anterior, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, havia afirmado que, no momento, o governo não aplicará nenhuma medida emergencial para lidar com a queda acentuada do petróleo e da bolsa. O presidente, como fez na segunda-feira, reiterou ontem, quando falou pela primeira vez com jornalistas durante a viagem, que não haverá mudança na política de preços da Petrobras.

“Zero, zero, não existe isso. A política que a Petrobras segue é a de preços internacionais, então a gente espera, obviamente, não como presidente, mas como cidadão, que o preço caia nas refinarias e seja repassado ao consumidor na bomba.”

Bolsonaro disse também aos empresários que, durante o jantar de sábado com Trump, pediu para que a conversa bilateral sobre comércio passasse de temas pontuais para uma discussão mais ampla.

“Foi dado o primeiro passo, conversamos sábado com presidente Trump. Discutimos questões pontuais, como é do interesse americano, etanol e carne de porco. Pedi para ele para que nós deixássemos questões pontuais e discutíssemos de forma mais ampla. Ele concordou. Então nossas assessorias vão começar a discutir livre-comércio mais amplo com os Estados Unidos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Anaïs Fernandes — De São Paulo

Título: Petróleo reforça efeito deflacionário, dizem analistas

A forte queda no petróleo, somada aos impactos do coronavírus na economia, tende a mais do que compensar a escalada do dólar ante o real, reforçando o efeito desinflacionário para o Brasil, estimam economistas. O ambiente de incertezas segura revisões para 2020, mas a percepção é de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se aproxima ainda mais de 3% - a mediana do último boletim Focus, de 6 de março, estava em 3,2%. O centro da meta do governo é de 4%.

A redução nos preços do petróleo deve representar impacto negativo de cerca de 0,35 ponto percentual na inflação deste ano, segundo Antonio Madeira, economista da MCM Consultores. A projeção da casa para o IPCA de 2020 é de

3,3%, “mas isso era antes dos eventos recentes de coronavírus, forte alta da taxa de câmbio e queda do petróleo”.

A previsão considerava, de acordo com Madeira, um câmbio na casa de R\$ 4,35 e um petróleo tipo Brent a US\$ 55. A queda de 0,35 ponto, porém, é baseada em um dólar a R\$ 4,65 e o petróleo em US\$ 37. As contas da MCM pressupõem que a Petrobras repasse toda a queda do petróleo às refinarias e que 40% cheguem ao consumidor. “Mesmo com a desvalorização cambial, teria potencial não desprezível de a Petrobras contribuir para reduzir a inflação”, afirma.

A Tendências Consultoria Integrada ainda não mexeu na sua projeção de 3,1% para o IPCA de 2020, mas o economista Márcio Milan não descarta uma inflação abaixo de 3% no ano, num cenário sem resolução para a disputa entre Arábia Saudita e Rússia.

Segundo Milan, considerando um Brent a US\$ 35 e um câmbio de R\$ 4,75 no resto do ano, o preço da gasolina cairia em torno de 1%. Com o valor do barril mantido a R\$ 4,35, mas um câmbio menos pressionado, a gasolina cairia quase 4%, um impacto negativo de 0,2 ponto no IPCA do ano. “Foram simulações, ainda não temos o cenário fechado, mas o impacto é deflacionário”, diz Milan.

Madeira, da MCM, reconhece que, sobre preços livres, “a força deflacionária é relevante”, mas ele considera cedo para falar em IPCA abaixo de 3%. Para ele, o efeito líquido nos preços administrados (com correções determinadas ou influenciadas por órgãos públicos) não é claro.

A queda do petróleo puxa os preços dos combustíveis, mas a valorização do dólar pode ter impacto sobre a conta de luz, já que o câmbio corrige valores para distribuidoras que adquirem energia de Itaipu, explica Milan. Ontem, foi aprovado aumento médio de 6,21% nas tarifas da Light, para o Rio de Janeiro. “Temos duas forças contrárias, não está claro o quadro final. Pode ficar no zero a zero, talvez com modesta contribuição para baixo, mas ainda não fechamos”, diz Madeira.

Embora a LCA Consultores não tenha alterado sua projeção de 3% para o IPCA em 2020, a composição mensal mudou, segundo o economista Fábio Romão. Para fevereiro, dado a ser divulgado amanhã, a previsão é de 0,09%, considerando mais alívio nos preços da carne e queda de 1,1% na gasolina, reflexo dos cortes da Petrobras às refinarias. Com a queda do petróleo, é provável que a estatal anuncie mais reduções, o que poderia levar à deflação do combustível em março e até abril, diz Romão.

A projeção para o IPCA de março, que chegou a 0,16%, foi a 0,12%, e a de abril passou de 0,37% para 0,32%. “Nesse momento, prepondera a queda no preço

das commodities. Isso pode moderar a inflação, junto à perspectiva de que a economia vai crescer menos”, afirma. A LCA cortou sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020 de 1,9% para 1,7%.

A previsão para o IPCA dos dois meses seguintes, porém, subiu, de 0,30% para 0,31% em maio e de 0,19% para 0,23% em junho. “Parece pouco, mas é em um cenário em que os combustíveis foram rebaixados de maneira importante”, diz Romão. Na sua avaliação, o Brasil ainda terá um período mais crítico para o coronavírus, que pode levar à escassez temporária de certos produtos, seja por estocagem, seja porque importações foram prejudicadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Por Rodrigo Carro e Marta Watanabe — Do Rio e de São Paulo

Título: Tombo do petróleo abala caixa de vários Estados

A queda de preços do petróleo pode impactar fortemente a receita de Estados que recebem royalties e participações especiais, tornando-se um desafio adicional à situação fiscal dos Estados. Em alguns, como o Rio de Janeiro, a perda de receita pode tornar-se “incontornável”, enquanto em outros, como o Espírito Santo, a situação é considerada administrável e, embora exija medidas de atenção, há perspectiva de manutenção do equilíbrio fiscal, inclusive dos programas de investimentos. Amazonas e Rio Grande do Norte também estimam perdas de receita.

O Estado do Rio de Janeiro é “viciado” em petróleo e, no momento, passa por uma “crise de abstinência”, compara o secretário da Fazenda fluminense, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho. Embora alegue que ainda não é possível calcular os efeitos do recuo nas cotações do petróleo sobre a receita de royalties e participações especiais, Carvalho admite que uma diminuição de 10% a 20% na Receita Corrente Líquida (RCL) - como aquela que pode ser gerada pela retração no preço do petróleo - é “incontornável”.

“É [um diferença] impossível de ser coberta”, diz. A previsão orçamentária para este ano era de que as receitas de royalties e participações especiais atingissem R\$ 14,3 bilhões. Em 2019, a arrecadação realizada a partir dessas fontes foi de R\$ 13,47 bilhões. O secretário explica que a queda no preço da commodity pode ser parcialmente compensada pela desvalorização do real, mas as variações

nesses dois fatores não chegam a se anular completamente. Um terceiro fator que influi na conta é o volume de produção dos campos petrolíferos.

Carvalho argumenta ainda que o impacto das oscilações no preço se dilui no tempo: os valores recebidos pelo Estado na última segunda-feira, por exemplo, foram calculados com base nas cotações (do barril e do dólar) de fevereiro. “Vamos esperar o mercado acalmar para estimar os efeitos”, diz o secretário, acrescentando que a prioridade do governo fluminense será manter em dia os salários do funcionalismo. O pagamento de ativos e inativos pelo Estado injeta cerca de R\$ 2,7 bilhões por mês na combatida economia fluminense.

Carvalho adianta que, além de buscar receitas extraordinárias que compensem a provável diminuição no fluxo de royalties, o governo do Rio deve iniciar um contingenciamento de gastos, com a consequente redução no ritmo de compras e pagamentos.

No Espírito Santo, a receita prevista no orçamento de 2020 com recebimentos de exploração do petróleo é de R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão em participações especiais e R\$ 800 milhões em royalties, conta Rogelio Pegoretti, secretário da Fazenda capixaba. A projeção levou em conta dólar a R\$ 4,30 e Brent a US\$ 60 o barril. Trata-se de valor representativo, diz. A receita total do Estado é de R\$ 20 bilhões. Considerando apenas a receita corrente líquida, são R\$ 16 bilhões, destaca o secretário.

O efeito da queda de preços nos recebimentos de recursos do petróleo, diz ele, deve começar a acontecer em 60 dias, mas Pegoretti diz que o assunto será pauta de reunião do secretariado do Estado amanhã. “Não podemos esperar esse período para adotar medidas. Ainda no domingo à noite, alertados sobre a cotação do Brent na Ásia, iniciamos estudos sobre possíveis impactos.”

Segundo as projeções do Estado, as perdas anualizadas com os recebimentos do petróleo podem variar de R\$ 950 milhões a R\$ 1,3 bilhão, dependendo da cotação do petróleo. A perda maior considerou o Brent a US\$ 25 o barril. Com essa cotação, o Estado não receberia participação especial, já que esse pagamento depende do cumprimento de parâmetro mínimos. Também foram feitas projeções a US\$ 30, US\$ 35 e US\$ 40 o barril. O secretário lembra que em 2020 a eventual perda deve ser parcial, com efeitos a partir de maio. Neste ano, informa, o Estado já recebeu R\$ 386 milhões em recursos do petróleo.

Apesar de representar perda significativa de receitas, Pegoretti diz que a situação é contornável. O Estado, diz, manterá o equilíbrio fiscal e também a

nota A no rating da Secretaria do Tesouro Nacional. “Não se trata de uma situação de serenidade. O estado é de atenção, requer adoção de medidas responsáveis, com o cuidado de não tomarmos decisões levadas pelo calor das emoções”, avalia, referindo-se às fortes oscilações no preço do petróleo nos últimos dias.

Pegoretti conta que o Estado previa elevação real de 8% da arrecadação, o que permitiria ampliação de serviços à população. O governo, diz, pode rever algumas dessas ampliações, mas a oferta de serviços de saúde, educação, segurança e assistência social permanece prioritária. O Estado, diz o secretário, conta com vários fatores que devem ajudar o governo a enfrentar a situação. Entre eles, cita o fato de que parte dos recursos recebidos com petróleo no Estado destina-se ao fundo soberano. No caso de impacto de R\$ 1 bilhão nas receitas de royalties e participações, exemplifica ele, R\$ 250 milhões seriam para esse fundo, e o restante, para as receitas disponíveis do Estado. Isso ameniza o efeito da flutuação dos preços do petróleo.

O Estado ainda conta, segundo ele, com superávit de R\$ 1 bilhão no fundo de infraestrutura, propiciado por recursos não utilizados da cessão onerosa e da unificação dos campos de petróleo. Essa verba, diz, poderá ser usada para manter programas de investimentos que ajudarão a combater eventuais efeitos da crise na economia capixaba. Outro fator que dá segurança ao Estado, segundo ele, é o superávit de R\$ 1,1 bilhão em recursos ordinários de exercícios anteriores, embora o plano não seja aplicar os valores imediatamente. O Estado negocia ainda R\$ 1,3 bilhão em operações de crédito.

Amazonas e Rio Grande do Norte também estimam perdas. Alex Del Giglio, secretário da Fazenda amazonense, diz que a queda de receitas de royalties e participações especiais em cenário pessimista pode atingir R\$ 300 milhões, considerando três trimestres, com impacto a partir de abril. Carlos Eduardo Xavier, secretário de tributação do governo potiguar, diz que os recursos com royalties somaram cerca de R\$ 180 milhões em 2019. Caso o preço do petróleo se estabilize na casa dos US\$ 34 o barril, calcula, a perda pode chegar a R\$ 60 milhões em 12 meses. Ou seja, a R\$ 5 milhões ao mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Opinião

Autor: Tony Volpon

Título: Coronavírus, petróleo, PIB

O ano de 2020 não para de surpreender. Não bastasse o “cisne negro” do coronavírus, agora temos mais um: a guerra de preços entre uma Arábia Saudita querendo punir uma Rússia que quer punir os EUA.

Esse novo fator de risco, para falar o óbvio, adiciona novas camadas de incerteza a uma situação já bastante conturbada. Ainda assim há alguns cenários a ser contemplados.

Não se sabe se vamos enfrentar um choque agudo, mas mais curto, de oferta contra um choque mais atenuado, mas mais duradouro, de demanda. Cada país onde deve ocorrer o crescimento exponencial de casos está explícita ou implicitamente fazendo esta escolha

Começando pela questão do petróleo. O setor já estava sob pressão pela questão ambiental e uma percepção de excesso estrutural de oferta com a entrada nos últimos anos dos produtores de shale nos EUA. Ainda assim a regulação de oferta feita pela “Opep+”, que incluía a Rússia, estava conseguindo manter certa estabilidade na cotação do barril de petróleo na faixa entre US\$ 50-65 desde o início de 2019. Com a crise do coronavírus e a cotação do barril rompendo abaixo dos US\$ 50 no final de fevereiro, se esperaria que esses produtores fizessem um ajuste adequado na quantidade ofertada para manter certa estabilidade entre oferta e demanda.

Em vez disso, e não cabe aqui especular exatamente por que, temos a decisão da Arábia Saudita, que sempre teve a maior capacidade e vontade de ajustar sua produção, de romper com a estratégia de controle de oferta. A nosso ver, o fim efetivo da “Opep+” deve levar a um período estendido de sobre-oferta até que os custos econômicos desta desorganização coletiva finalmente leve as partes relevantes a “sentar-se à mesa” e conversar. Assim parece provável que teremos preços abaixo dos patamares recentes por algum tempo.

A questão do coronavírus pode ser potencialmente diferente. Aqui um possível guia seria a recente experiência chinesa.

A epidemia começou na China no final do ano passado, mas por várias razões demorou quase um mês para que medidas efetivas de controle fossem tomadas. Assim na China tivemos a experiência de um período de falta quase total de controle inicial seguida de uma resposta bastante agressiva do ponto de vista social e econômico contra a expansão da epidemia.

O que estamos vendo na China foi um crescimento inicialmente exponencial e assustador, seguido de uma relativa rápida queda depois de “casos ativos” ter batido um pico no final de fevereiro. Também o caso chinês parece mostrar que há uma troca entre o impacto econômico inicial pelo lado da oferta impostas

pelas medidas de restrição ao transporte e contato social e a extensão temporal e “pico” da epidemia.

No caso das democracias ocidentais (e aqui estou generalizando), já estávamos informados da existência desta epidemia - assim não passamos um período inicial “no escuro” como ocorreu na China - mas, do outro lado, não é politicamente viável ver o mesmo tipo de controles sobre movimentação e contato social adotados na China (como já está claro olhando o relativo sucesso das medidas tomadas na Itália).

Assim o que devemos ver já nas próximas semanas na Europa e nos EUA será, como no caso chinês, o momento de crescimento exponencial de casos, cuja intensidade e pico não são possíveis de prever, seguido depois, com alguma latência, a medidas mais energéticas de controle de movimentação e contato social, o que deve levar em um segundo momento a uma queda no número de casos.

Enquanto a curva desta dinâmica deve seguir o padrão chinês, há duas importantes variáveis que devem determinar a extensão do impacto econômico e social desta crise nos países ocidentais. Primeiro, a troca entre a intensidade e “timing” das medidas impostas e o total número de casos e a rapidez da queda de casos novos. Segundo, o nível de stress sobre o sistema de saúde causado pelo pico de casos e sua queda de intensidade.

A primeira variável determina se enfrentaremos um choque agudo, mas mais curto, de oferta contra um choque mais atenuado, mas mais duradouro, de demanda. No caso chinês, houve o que parece ser uma escolha clara por um choque mais curto de oferta. Cada país onde deve ocorrer o crescimento exponencial de casos está explicitamente ou implicitamente fazendo esta escolha.

No caso americano, por exemplo, um choque de curta duração pode deixar o ainda bastante forte mercado de trabalho relativamente ileso, enquanto um choque mais duradouro de demanda pode minar os fundamentos do mercado de trabalho e, portanto, o consumo, levando a uma deterioração econômica maior.

A segunda variável deve ter grande impacto social e político. A percepção de stress ou “colapso” no sistema de saúde deve gerar grande impacto negativo sobre o nível de confiança da população. Pode também haver efeitos secundários sobre a situação política dos governos envolvidos, especialmente aqueles perto de enfrentar pleitos eleitorais, como os EUA.

A volatilidade que observamos atualmente no mercado se deve à incapacidade dos agentes de prever a curva dessas variáveis. Assim, cada “notícia” tem um impacto grande, mas paradoxalmente de curta duração, nos preços. Ainda assim é nossa expectativa que já devemos ver o período de crescimento exponencial em vários países ocidentais nas próximas semanas, e até que isso ocorra a volatilidade não deve cair de forma definitiva.

No caso brasileiro não sabemos se há “vetores” suficientes dado as medidas de controle já adotadas para definitivamente evitar uma dinâmica exponencial de crescimento de casos. Nossa relativa isolamento geográfica, por exemplo, nos ajuda.

Pressupondo que não enfrentaremos a fase exponencial, o impacto líquido sobre nossa economia deve ser determinado também pela duração relativa e “mix” entre choques de oferta e demanda que devem sofrer as economias europeias e americanas, variáveis fora do nosso controle.

O que podemos controlar porem será: retomar o ritmo das reformas necessárias - algo que ficou meio “perdido” politicamente nas últimas semanas, se concentrando na proposta da PEC emergencial 186/2019, está sendo necessária para garantir a âncora fiscal ao historicamente baixo nível de juros; assegurar o bom funcionamento do mercado cambial provendo uma adequada oferta de instrumentos de hedge cambiais; reconhecer o caráter predominante de choque de demanda da crise atual e responder de forma prudente, mas adequada com quedas adicionais da taxa Selic. E, talvez o mais importante, aprovando todos os recursos necessários para preparar nosso sistema de saúde caso haja um crescimento exponencial de casos do coronavírus no Brasil.

Tony Volpon é economista-chefe do UBS Brasil e autor de “Pragmatismo com Coação: petismo e economia em um mundo de crises” pela Alta Books.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petróleo barato deve pressionar preços das refinarias para baixo

A desvalorização do petróleo, desencadeada pela guerra de preços entre russos e sauditas, na disputa por um mercado combalido pela epidemia do novo coronavírus, pode impactar diretamente os planos da Petrobras de vender suas refinarias. Segundo duas fontes que participam das negociações, o cenário de baixa da commodity não é favorável para o lado vendedor e, se persistir pelos

próximos meses, pode desvalorizar os ativos colocados à venda pela estatal. A expectativa é que as ofertas venham abaixo do esperado e que a petroleira pode optar, nesse contexto, por adiar por alguns meses as negociações, à espera que o mercado se acalme.

Distribuidoras como a Raízen e Ipiranga; tradings como a Glencore, Vitol e Trafigura; fundos de investimento; e produtoras de petróleo interessadas em construir uma cadeia verticalizada, como a PetroChina e a Total, são algumas das potências compradoras.

Ao todo, a Petrobras está vendendo oito de suas 13 refinarias, que correspondem a metade de sua capacidade instalada, como parte de um compromisso de abertura do mercado assumido junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O setor de refino é o carro-chefe do programa de desinvestimentos da empresa. É com o dinheiro da venda desses ativos que ela espera reduzir a dívida bruta de US\$ 87 bilhões para menos de US\$ 60 bilhões e intensificar o pagamento de dividendos a partir de 2021.

A meta da companhia é assinar os contratos para venda das refinarias ainda neste ano e concluir os negócios em 2021. A estatal espera receber as ofertas vinculantes pelas oito refinarias em meados de abril. A data inicialmente estipulada para a apresentação das ofertas era 6 de março, mas a Petrobras adiou o prazo a pedido de participantes que negociavam a entrada de novos parceiros nos consórcios.

Segundo as duas fontes consultadas pelo **Valor**, sob condição de anonimato, o cenário de baixa dos preços do petróleo deve levar as concorrentes a apresentar valores inferiores ao previsto. Nessa situação, a tendência é que a Petrobras avalie cada uma das propostas. Caso elas não atendam aos interesses, ela poderá adiar os processos.

Questionada, a Petrobras informou que ainda considera prematuro fazer projeções sobre eventuais impactos estruturais no mercado, associados à recente e abrupta variação nos preços do petróleo, “uma vez que ainda não estão claras a intensidade e a persistência do choque nos preços”. A companhia esclareceu que segue monitorando o mercado e implementando seu plano estratégico, “que a prepara para atuar com resiliência em cenários de preços baixos”.

Com capacidade menor de geração de caixa operacional, frente à queda dos preços, a estatal é pressionada a acelerar os desinvestimentos para levantar dinheiro e cumprir a meta de desalavancagem. Se os preços do petróleo se mantiverem em baixa, portanto, caberá à petroleira decidir se vale a pena

assumir ofertas eventualmente mais baixas e levantar recursos para pagar as dívidas; ou postergar a meta de redução do endividamento e esperar um momento mais favorável à venda.

O sócio da área de energias e recursos naturais da KPMG, Anderson Dutra, acredita que os preços do petróleo podem até recuperar parte das perdas recentes, se Arábia Saudita e Rússia chegarem a um acordo sobre as cotas de produção, mas dificilmente a cotação do barril voltará à faixa dos US\$ 60 tão rápido. Ontem, o barril o tipo Brent recuperou parte das perdas do dia anterior e fechou com alta de 8,3%, a US\$ 37,22. Seguindo a tendência dos preços internacionais, as ações preferenciais da Petrobras subiram 9,4% (R\$ 17,56) e as ordinárias, 8,5% (R\$ 18,36), ante a queda de 29,7% na segunda-feira.

Dutra aposta, no entanto, que o petróleo em baixa não será suficiente para esvaziar o processo de desinvestimentos da Petrobras no refino. Ele alega que o número de interessados nos ativos surpreendeu as expectativas iniciais e que as empresas já estão mergulhadas nesse processo há algum tempo. Ele acredita, porém, que a queda dos preços pode puxar para baixo o valor dos ativos vendidos.

“Os fundamentos técnicos do ‘valuation’ [precificação] dos ativos não são afetados, mas nesse cenário de preços o investidor tende a se aproveitar dos custos de oportunidade, do momento de apreensão no mercado, para colocar um preço menor. Pode fazer sentido para a Petrobras segurar um pouco [os prazos para negociação]”, afirma.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar Almeida, destaca, por sua vez, que o cenário de preços baixos é bom para o negócio de refino e que, por isso, a queda do barril não necessariamente deve derrubar o interesse pelos ativos. “Refino é um ativo que gosta de preços baixos, porque o petróleo, para o refinador, é insumo. Quando o preço desse insumo cai, as margens tendem a aumentar nesse segmento. Mas eventualmente alguns desinvestimentos podem ser adiados, sem dúvida”, afirma.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse há três semanas que a estatal vem recebendo “muitas propostas” e que nenhuma das refinarias “ficou órfã” de interessados. Dutra, da KPMG, por sua vez, aposta no sucesso dos desinvestimentos da Petrobras, mas não acredita que as refinarias colocadas à venda receberão muitas ofertas. Segundo ele, a tendência é que, em geral, apenas uma proposta seja apresentada por unidade e que, em alguns casos, haja competição entre dois competidores, no máximo.

O especialista destaca que a Regap (MG), localizada no Sudeste, que concentra os maiores centros de consumo e produção de óleo e gás do país, desponta

como ativo mais atrativo. Ele também cita o potencial da Repar (PR), capaz de atender parte de São Paulo e ao agronegócio. Para o especialista, a Rnest (PE), por sua vez, mescla qualidades interessantes com algumas incertezas. É ao mesmo tempo a refinaria mais nova da Petrobras e está próxima a descobertas promissoras de óleo e gás, na Bacia de Sergipe-Alagoas, mas atende a um mercado consumidor não tão grande quanto o Sudeste e que compete muito com produtos importados. Dutra também aposta que a Reman (AM) pode atrair distribuidoras regionais.

O sócio da KPMG considera, por outro lado, que existe a chance de que nem todas as refinarias despertem o interesse do mercado. Segundo uma fonte que acompanha as negociações, a SIX (PR), de industrialização de xisto, e a Lubnor (CE) estão na lista de ativos de baixo interesse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Licença para Morro do Ipê

A Mineração Morro do Ipê, controlada pelo Mubadala e a Trafigura, obteve licença de instalação em Minas Gerais. Isso permite o início das obras de ampliação da mina Tico-Tico. Serão investidos US\$ 200 milhões e a produção subirá para 6 milhões de toneladas/ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras deve manter venda de ativos em reta final

As operações de venda de ativos da Petrobras que estão na reta final deverão ser mantidas, apesar da crise do preço do petróleo, desencadeada pela Arábia Saudita e a Rússia, segundo pessoas próximas do assunto ouvidas pelo **Valor**. A estatal tem oito transações já assinadas, mas ainda pendentes de conclusão, que totalizam US\$ 2,752 bilhões, dos quais a companhia já recebeu US\$ 159,5 milhões. Dessas, sete operações envolvem ativos de exploração e produção (E&P), sensíveis aos preços do petróleo.

De acordo com especialistas que acompanham os processos, a forte variação do preço do barril de petróleo não é considerada uma justificativa para rever condições dos contratos já assinados e que aguardam a conclusão, nem o cancelamento dos negócios. O Brent fechou na segunda-feira com queda de 24,09%, cotado a US\$ 34,36. E ontem subiu 8,32%, para US\$ 37,22.

“Não conheço transação de E&P que permita uma parte se desfazer do negócio porque o preço [do petróleo] caiu”, afirmou uma das fontes que participam dos processos.

Na mesma linha, outro especialista que assessora os negócios explicou que a cláusula de “Material Adversity Change” (MAC) - cláusula de efeito adverso relevante -, muito utilizada em fusões e aquisições, raramente inclui a mudança no preço do petróleo, por ser uma commodity. “[A volatilidade de preços] é do jogo”, completou ele.

Os especialistas também contam que, de forma geral, a queda abrupta do preço do petróleo não afeta significativamente a transação, porque o negócio contempla um horizonte de longo prazo, entre 15 e 20 anos. Para esse período, as petroleiras buscam estimar um preço médio do barril, por meio do qual baseiam a operação. E, na prática, esse preço médio não guarda relação com a cotação atual do petróleo.

Com relação à outra ponta do programa de desinvestimentos - os projetos que estão na fase de “teaser” (divulgação de oportunidade) e de ofertas não vinculantes -, a Petrobras vive um dilema. A empresa tem a possibilidade de adiar algumas das operações, caso julgue ser mais atrativo avançar com os projetos em um cenário mais interessante de preços de petróleo. Nesse caso, porém, a companhia pode ter mais dificuldade em atingir a meta de endividamento de 1,5 vez a dívida líquida/Ebitda no fim deste ano, contra 2,46 vezes registrados no fim de 2019. Boa parte da estratégia nesse tema é baseada em venda de ativos. A meta de endividamento é hoje o indicador financeiro da petroleira mais acompanhado por analistas e investidores.

Outro fator que pressiona o programa de desinvestimentos é o termo de compromisso e cessação assinado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por meio do qual a companhia se compromete a vender determinados ativos de refino e do setor de gás natural.

Segundo uma fonte do setor, é razoável prever que, para os ativos nas etapas iniciais de desinvestimento, os potenciais interessados poderão ofertar preços menores, influenciados pelo atual cenário de preços da commodity. Nesse caso, caberá à Petrobras avaliar os valores oferecidos em relação aos preços internos

com os quais ela trabalha. Em seguida, ela pode decidir se mantém ou adia determinado projeto de desinvestimento.

Para outro especialista, porém, mesmo com uma possibilidade de ofertas menos atrativas, é pouco provável que a estatal suspensa completamente seu plano de desinvestimentos, por meio do qual a companhia pretende levantar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões até 2024.

“Em pouco mais de três anos [de programa de desinvestimentos da Petrobras], já houve quedas expressivas do preço do petróleo e nunca vi a Petrobras parar [o processo]”, afirmou ele. “Nesse período, a Petrobras sofreu muito mais com liminares impetradas contra as operações, do que com o preço do petróleo.”

Na opinião dos especialistas ouvidos pelo **Valor**, o quadro atual do mercado petrolífero tende a afetar mais pequenas e médias petroleiras independentes, que dependem de financiamento para fazerem aquisições de ativos. Isso porque, em geral, os agentes financiadores são mais sensíveis à volatilidade do preço do petróleo na hora de conceder os empréstimos.

Procurada pelo **Valor**, a Petrobras não fez referência ao plano de desinvestimentos, mas disse que considera ser prematuro fazer projeções sobre eventuais impactos estruturais no mercado de óleo e gás associados à recente e abrupta variação nos preços do petróleo. Em nota, a estatal informou que suas operações “são resistentes a cotações baixas de barril de petróleo, mesmo que permaneçam, na média, no atual patamar durante um ano”.

O **Valor** também procurou alguns dos compradores dos ativos que estão na etapa final de aquisição. Eles, no entanto, preferiram não comentar o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval e David Sheppard — Financial Times, de Londres

Título: Sauditas ampliam guerra de preços com oferta maior

A Arábia Saudita pretende abastecer o mercado de petróleo com 12,3 milhões de barris por dia em abril, o que marcaria uma escalada dramática em sua guerra de preços depois do desmoronamento do acordo de produção entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e a Rússia para estabilizar o mercado.

São mais de 2,5 milhões de barris diários acima do que os sauditas vinham produzindo e superior à sua capacidade máxima de produção sustentável país. Isso indica que a Arábia Saudita deve recorrer a barris em estoques, em seu

plano de inundar os mercados rapidamente e enfrentar os rivais na disputa para ganhar participação de mercado.

Olivier Jakob, da Petromatrix, disse que a Arábia Saudita segue uma estratégia de “choque e pavor” para demonstrar que tem capacidade de elevar a oferta mais rapidamente do que qualquer outro produtor.

“A Arábia Saudita apostou todas as fichas na tentativa de desestabilizar o mercado de petróleo”, disse Jakob. “Ao longo do fim de semana, sinalizaram [que iniciariam] uma guerra de preços e, agora, isso passou diretamente a uma guerra de volumes. O mercado não precisa de todo esse petróleo. Eles estão despejando o petróleo dos estoques.”

O início de uma guerra de preços do petróleo em tempos de queda na demanda por causa do coronavírus sacudiu os mercados financeiros mundiais ao desencadear, na segunda-feira, uma das maiores desvalorizações diárias da commodity na história. Os preços chegaram a cair 30%, para cerca de US\$ 30 por barril.

Embora os mercados tenham se estabilizado ontem, com o petróleo do tipo Brent negociado a cerca de US\$ 37 por barril, comercializadores e produtores de petróleo se preparam para um período prolongado de baixas cotações, à medida que piorem as tensões entre Arábia Saudita e Rússia, os dois maiores produtores do mundo, sem contar os Estados Unidos.

A Rússia se opôs, na semana passada, à proposta liderada pela Arábia Saudita de estabilizar os preços do petróleo por meio de cortes na produção maiores e mais longos. A recusa, na prática, pôs fim ao acordo de três anos entre o país e a Opep para tentar dar sustentação ao mercado de petróleo.

Em reação, a Arábia Saudita cortou os preços de exportação de seu petróleo e anunciou que elevaria a produção. O aumento da oferta para 12,3 milhões de barris diários em abril, no entanto, é muito mais agressivo e rápido do que muitos comercializadores de petróleo imaginavam.

A Saudi Aramco entrou em contato com clientes e acertou que vai abastecê-los com esses volumes a partir de abril, segundo uma fonte. O patamar é superior ao que a petroleira saudita diz ser sua capacidade de produção máxima sustentável, de 12 milhões de barris diários. Esse é o volume que acredita ser capaz de produzir de forma confiável por longos períodos.

Logo quando a notícia de aumento na oferta saudita chegava aos participantes do mercado, o ministro da Energia da Rússia, Alexander Novak, respondeu dizendo que também poderia elevar a produção em mais 500 mil barris por dia no “futuro próximo”.

A Rússia, contudo, não tem tanta capacidade produtiva ociosa quanto a Arábia Saudita. O país mantém há décadas campos petrolíferos de reserva, que pode usar para elevar a produção em questão de semanas ou meses.

Os russos não estavam dispostos a participar de novos cortes de produção conjuntos, por acreditar que apenas serviriam para subsidiar a indústria de petróleo de xisto dos EUA, que ganhou participação de mercado dos rivais nos últimos dez anos. Moscou, que mostra irritação com o governo Trump pelas sanções contra o setor de energia russo, havia encontrado oportunidade para atingir a economia dos EUA.

O Departamento de Energia dos EUA manifestou-se na segunda-feira à noite, destacando que a guerra de preços se tratava de “tentativas de agentes estatais de manipular e impactar os mercados de petróleo”. Acrescentou, também, que o país, “[enquanto] maior produtor mundial de petróleo e gás, pode e vai resistir a essa volatilidade”.

Na semana passada, o príncipe Abdulaziz bin Salman, ministro do Petróleo da Arábia Saudita, disse que qualquer corte na produção dependeria da participação de grandes produtores, incluindo a Rússia, que os sauditas acreditam estar driblando as atuais restrições à produção que deveria estar promovendo.

Alguns analistas do setor de energia pensam que esse jogo de atitudes temerárias tem por objetivo atrair os produtores de volta à mesa de negociação. A chamada aliança Opep+ ajudou a estabilizar os preços, ainda que possibilitando o progresso da indústria de petróleo e gás de xisto americano.

Novak disse ontem na TV russa que as “portas não estão fechadas” para mais cooperações futuras de política petrolífera com a Opep.

Outros, porém, não acreditam em uma reaproximação tão breve, de forma que os países da Opep mais vulneráveis economicamente seriam atingidos mais duramente, assim como o orçamento de suas empresas petrolíferas.

(Colaboraram Max Seddon e Nastassia Astrasheuskaya, de Moscou)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Ações das petroleiras recuperam parte das perdas

As ações das maiores petroleiras do mundo recuperaram ontem parte das fortes perdas sofridas na segunda-feira. As ações PN da Petrobras fecharam ontem com alta de 9,41% em São Paulo, cotadas a R\$ 17,56. Os papéis ON subiram 8,51%, a R\$ 18,36. Na segunda-feira, as ações da estatal brasileira caíram quase 30%.

As ações da espanhola Repsol, chegaram a subir 9,50% em Madri, mas terminaram as negociações com alta de 1,62%. As ações da francesa Total também começaram o pregão em Paris com forte alta e chegaram a subir 9,31%, mas fecharam com valorização de apenas 1,73%.

Em Londres, as ações da BP fecharam com alta de 3,36% e as da Royal Dutch Shell, de 3,69%, depois de subirem 8,12% e 11,75%, respectivamente. Em Nova York, a Chevron fechou a terça-feira cotada a US\$ 84,98, alta de 5,34%. A ExxonMobil subiu 3,70%, a US\$ 43,31.

A alta das ações das petroleiras ontem refletiu a recuperação parcial dos preços do petróleo. O barril do petróleo tipo Brent, referência mundial, para entrega em maio terminou o dia em Londres cotado a US\$ 37,22, alta de 8,32%. Na segunda-feira esse contrato caiu 24,09%. Em Nova York, o barril do WTI para abril terminou o dia a US\$ 34,36, alta de 10,37%. Na segunda-feira, esse contrato caiu 24,58%.

Os preços do petróleo fecharam em alta puxados por investidores que ajustaram posições após a maior desvalorização diária nos preços da commodity desde a Guerra do Golfo, em 1991, na segunda-feira.

Mesmo com a recuperação na casa dos dois dígitos, a alta de ontem foi “relativamente modesta” em comparação com o tombo da véspera, disse Tyler Richey, co-editor do Sevens Report Research.

“Poderíamos facilmente ver uma retração mais alta nos preços nos próximos dias e semanas, dada a deterioração dos principais fundamentos do mercado”. Ele classifica como negativo o movimento da Opep+ de abandonar os cortes na produção e a desaceleração da demanda de petróleo devido à epidemia de coronavírus.

“Parece que estamos entrando em uma dinâmica semelhante à do [segundo semestre de 2014], quando os preços do petróleo entraram em colapso”, escreveu.

A consultoria britânica Capital Economics é outra instituição que não acredita em uma recuperação sustentada nos preços da commodity ao longo de 2020. Segundo o relatório assinado pelo economista-assistente de commodities da companhia, Samuel Burman, os preços do Brent devem permanecer abaixo dos US\$ 50 o barril até o fim do ano.

Segundo ele, em eventos anteriores, uma queda nos preços do petróleo normalmente levava à redução da oferta e a um estímulo político que, por sua vez, resultava na recuperação dos preços. “No entanto, desta vez, o estímulo pode não ser tão efetivo imediatamente e é provável que a oferta aumente”, escreveu.

A Reuters informou que o ministro do petróleo da Nigéria prometeu, a curto prazo, aumentar a produção de petróleo para mais de 2 milhões de barris por dia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Anglo e Atlas Renewable

A mineradora Anglo American assinou contrato de fornecimento de 70 megawatts médios de energia solar com a Atlas Renewable Energy para suas operações no Brasil. Segundo a mineradora, o fornecimento da energia deverá começar em janeiro de 2022 e ajudará o grupo Anglo American a reduzir 30% da emissão de CO2 até 2030, conforme especificado em seu Plano de Mineração Sustentável. Para atender esse contrato a Atlas irá investir R\$ 881 milhões em uma nova unidade na cidade de Pirapora, em Minas Gerais. O empreendimento, que terá mais de 800 mil painéis e capacidade instalada de 330 megawatt-pico (MWp). As obras começam ainda neste ano.

Reajuste da Light e Enel

A Aneel aprovou ontem o aumento médio de 6,21% das tarifas da Light e de 2,71% da Enel Rio. Os reajustes entram em vigor a partir de domingo. No caso da Light serão 3,8 milhões de unidades consumidoras localizadas na capital e em mais 31 municípios do Rio. A Enel tem 2,62 milhões de unidades em 66

municípios do Rio. Os consumidores residenciais e comércio de pequeno porte da Light terão aumento de 5,98% na conta de luz. Já os grandes consumidores, como indústria e shoppings, ficarão com as tarifas mais caras em 6,73%. Os consumidores residenciais e comércio de pequeno porte da Enel Rio terão reajuste de 2,48%. As tarifas para grandes consumidores vão subir 3,38%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Santander inicia oferta de CBios

O Santander dá largada hoje à colocação no mercado dos títulos que garantirão a execução do programa federal RenovaBio, que tem por objetivo “descarbonizar” a matriz de transportes no país.

O banco assina nesta quarta-feira contratos com 15 produtores de biocombustíveis para escriturar e custodiar os Créditos de Descarbonização (CBios), que serão usados pelas distribuidoras para garantir o cumprimento de suas metas de emissões de gases de efeito estufa.

Entre as empresas com quem o Santander está firmando contrato estão a CerradinhoBio, uma usina da Clealco - em recuperação judicial -, uma unidade da Jalles Machado e uma da FS Bioenergia, que produz etanol apenas de milho. O **Valor** apurou, ainda, que grandes grupos sucroalcooleiros e ao menos um de biodiesel também estão entre os que já contrataram o banco.

Neste primeiro ano de vigência, o RenovaBio poderá movimentar US\$ 287 milhões, ou mais de R\$ 1,3 bilhão, que significará receita adicional aos produtores de biocombustíveis. Essa estimativa, a mais aceita no mercado, é feita com base na projeção do governo para o preço médio de cada CBio, de US\$ 10, e também na meta de descarbonização dos transportes deste ano, que é individualizada para cada distribuidora.

Para 2020, as distribuidoras terão que comprar, no total, 28,7 milhões de CBios - cada CBio equivale a 1 tonelada de carbono de emissão evitada com a venda de biocombustíveis no lugar de combustíveis fósseis. Para 2021, a meta será de 41 milhões de CBios - ou seja, o uso de biocombustíveis terá que evitar a emissão de 41 milhões de toneladas de carbono ao substituírem combustíveis fósseis. A distribuidora que não cumprir sua meta está sujeita à multa ou até à suspensão de suas atividades.

A compra dos CBios ocorrerá em mercado de balcão e será registrada pela B3, que também disponibilizará sua plataforma Trader para as negociações. A

plataforma de registro dos CBios será disponibilizada pela B3 na segunda metade de abril. Inicialmente, a compra de CBios será dominada pelas distribuidoras, mas o governo quer que o RenovaBio também seja acessado no futuro por outros agentes que busquem a redução de emissões de carbono.

A assinatura dos contratos será formalizada pelo Santander hoje em Ribeirão Preto (SP), num evento de abertura da safra sucroalcooleira 2020/21 promovido pela consultoria Datagro. O fechamento desses contratos ocorre dois anos após a assinatura do decreto que regulamentou o RenovaBio pelo então presidente Michel Temer.

A escrituração dos CBios é feita pelas instituições financeiras a partir dos dados de venda de biocombustíveis que os produtores certificados no programa apresentam em uma plataforma do governo, a Plataforma CBio. O cruzamento das informações sobre o volume vendido e a nota de eficiência energética (referente a quanto o combustível renovável economiza em emissões) resulta na quantidade de CBios que o produtor de biocombustível tem direito a vender.

O pioneirismo do banco nesta última etapa do programa se insere na estratégia da instituição em ampliar seu atendimento ao agronegócio, tratando o setor de “forma transversal”, afirma Mario Leão, vice-presidente executivo da área corporativa do Santander.

Nos últimos cinco anos, o banco se aproximou do setor rural com a criação de 34 “lojas agro”, com agrônomos à disposição dos produtores rurais, além de disponibilização de quase 200 gerentes em agências voltadas ao atacado que estão espalhadas por 15 Estados e Distrito Federal (DF). O banco também criou uma mesa exclusiva de trading de commodities agrícolas há mais de um ano, com foco hoje em café, soja e açúcar. Agora, a materialização do RenovaBio é encarada como mais uma oportunidade de atuação do banco no campo.

“Nós queremos ser ‘o’ banco do RenovaBio”, disse o executivo ao **Valor**. O Santander também preparou sua corretora para atuar na intermediação das vendas dos CBios, que poderá ocorrer logo após a escrituração dos primeiros títulos. De acordo com Leão, o banco já tem encontros com as principais distribuidoras de combustíveis do país na primeira semana de abril para tratar das operações.

O vice-presidente do Santander prefere não indicar qual fatia do mercado de escrituração de CBios o banco quer abocanhar, mas ressalta que, até pela proximidade que a instituição tem com as usinas sucroalcooleiras, pretende ter uma participação “muito relevante”.

O banco ainda poderá atuar como comprador e vendedor de CBios para dar liquidez ao mercado, mas não neste ano. “Com a evolução da liquidez, conhecendo os demais atores, poderemos entrar. Pode ser a partir do segundo ano”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Queda do etanol não assusta FS Bioenergia

Produtora do bicomcombustível feito a partir do cereal diz que seus custos são menores

A FS Bioenergia, maior produtora de etanol a partir de milho do Brasil, disse que é inevitável que o tombo do petróleo tenha efeito negativo sobre os preços domésticos do etanol, mas prevê que os valores não ficarão muito abaixo de níveis já vivenciados pelos produtores brasileiros e que suas margens continuarão positivas.

Rafael Abud, CEO da FS Bioenergia, afirmou ao **Valor** que prevê que a curva de preços de etanol deva cair R\$ 0,10 por litro a mais do que já cairia diante do início da safra sucroalcooleira.

Apesar da queda de 25% nas cotações internacionais do petróleo na segunda-feira, a commodity registrou uma recuperação de 10% ontem e o câmbio segue sustentado. Além disso, cortes no preço da gasolina A (sem etanol anidro) pela Petrobras tendem a ser parcialmente absorvidos na margem das distribuidoras e revendedoras, avaliou.

Embora as usinas de etanol que usam apenas o milho como matéria-prima não tenham o mercado de açúcar como apoio em casos de abalo no mercado de combustíveis, Abud disse que o custo de produção de etanol de milho é estruturalmente menor que o de cana.

Ele acrescentou que a FS Bioenergia “tem o menor custo das usinas de milho no Brasil”. Diante da tendência de alta do milho no país, a companhia já fixou o preço “da maior parte” do grão que será processado em suas duas usinas em operação, em Lucas do Rio Verde e em Sorriso, ambas em Mato Grosso.

“Devemos ter algum ajuste em receita e margens, mas temos gordura para queimar”, assegurou. Abud afirmou ainda que a depreciação do câmbio favorece as receitas de DDG - coprodutos do processamento de milho que servem de ração com alto valor nutricional.

O executivo ressaltou que, mesmo que o etanol caia, os valores já estavam em patamares historicamente elevados e que as usinas já conviveram com preços menores para esta época do ano. O indicador Cepea/Esalq do etanol hidratado nas usinas de São Paulo da semana até 6 de março, de R\$ 2,1078 o litro, está quase 20% acima da média para esta mesma época do ano nos quatro anos anteriores.

Abud avaliou ainda que a queda do etanol encontrará um “piso” dado que as usinas sucroalcooleiras voltarão suas indústrias à produção de açúcar, reduzindo a pressão da oferta no mercado de biocombustíveis. “E combustível mais barato também costuma ativar a demanda, sendo um ponto de sustentação”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias — De São Paulo

Título: Gestor vê corte de juro como resposta a choque de petróleo e coronavírus

Os efeitos secundários da queda do petróleo, especialmente no mercado de crédito global, são preocupantes e o choque deflacionário deve fazer com que o mundo conviva com preços mais baixos de energia, o que transfere renda do bolso dos países árabes para os consumidores do mundo ocidental. Essa avaliação consta na carta mensal do multimercado Verde, de Luis Stuhlberger. Se sob a disseminação do Covid-19 já havia razões para uma política monetária agressiva, o colapso da commodity acrescenta mais uma.

O time de gestão da Verde não acredita que a aliança quebrada entre Rússia e Arábia Saudita para suportar os preços do petróleo com cortes voluntários de produção seja retomada. A relação implodiu no fim de semana levando o preço do petróleo para a casa dos US\$ 30. No curto prazo, esse é um choque adicional nos mercados, que já vinham em posição frágil, em meio à disseminação do coronavírus.

Sobre o choque trazido pela doença, com consequências não mais restritas à economia chinesa, a Verde traçou alguns possíveis cenários. Os mercados

tendem a se estabilizar conforme as taxas de crescimento do número de novos casos desacelerem. Isso pode ocorrer quando as temperaturas aumentarem no Hemisfério Norte. A avaliação é que a reação de política pública, seja monetária, seja fiscal, tenha um papel importante para mitigar o pânico no mercado. Mas pelo fato de os Estados Unidos demorarem a testar as pessoas, o fundo adotou uma estratégia gradualista, de aumentar as posições em ações aos poucos, focando no mercado acionário americano, considerado o mais resiliente e que deve reagir primeiro.

O fundo mantém cerca de 20% do portfólio alocado na bolsa no Brasil. Em fevereiro, o multimercado teve perdas concentradas nas posições de ações, com desvalorização de 2,86% na cota e perda acumulada de 3,04% no ano.

Mesmo com dados que sinalizavam estabilização da atividade, atenuando o risco de um desaquecimento mais profundo, a Adam Capital manteve a visão de que qualquer desaceleração, independente do gatilho, seria combatida via política monetária. “Por conta disso, sem abandonar nossa crença de final de ciclo, entendemos que o portfólio atual está preparado e equilibrado para amortecer impactos fortuitos de eventuais correções advindas de determinados cenários”, escreve o time de gestão liderado por Marcio Appel, no seu relatório de fevereiro.

No mês passado, o multimercado macro teve ganho de 1,3%, com a rentabilidade no ano em 2,6%, ou 388% do CDI no período.

Para a Adam, tudo indica que o novo cenário pode alterar significativamente as projeções para o crescimento chinês, trazendo preocupações para o resto do mundo porque as paralisações afetaram não só os mercados, mas também comprometeram cadeias de suprimento. Nos EUA, antes de a doença ganhar proporção, os indicadores mostravam que a economia seguia sustentando crescimento robusto, risco baixo de inflação e mercado de trabalho apertado. A leitura é que o Fed volte a cortar os juros e, que no Brasil o BC também reduza a Selic.

Como resposta à queda abrupta da atividade chinesa com o temor dos efeitos em outros países, os principais bancos centrais do mundo já agem para tentar suavizar o choque negativo, enquanto os governos preparam novas medidas fiscais. “Desse modo, esse confronto de forças vai determinar se o choque na economia global vai ser apenas temporário ou mais profundo e duradouro”, escreve a Kapitalo em na sua carta mensal. A casa espera também nova redução de juros no Brasil.

A gestora reduziu a sua posição líquida comprada em ações no Brasil e índices globais no seus principais multimercados em fevereiro. No mês, o desempenho

negativo dos fundos veio dessas posições, com perda de 1,63% no Kappa e de 2,97% no Zeta. No ano, as desvalorizações chegam a 2,73% e 4,99%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Finanças

Autor: Rafael Gregorio — De São Paulo

Título: Petrobras e Vale se destacam em carteiras da alta renda

Essas são algumas das conclusões de um estudo

Entre os investidores em ações com carteiras abaixo de R\$ 100 mil, os papéis do Itaú, do laboratório Fleury e da fabricante de motores Weg são os mais presentes, enquanto entre donos de aplicações maiores, acima de R\$ 10 milhões, a maior incidência é de Petrobras PN e Vale.

Essas são algumas das conclusões de um estudo da plataforma de consolidação e controle de investimentos Gorila Invest. O levantamento mostra ainda que a incidência dos ativos também varia conforme o volume aplicado. Entre usuários com menos de R\$ 100 mil investidos, as três ações de maior recorrência somam 55% de presença. Ou seja, 55 em cada 100 investidores naquele perfil têm aquelas três ações.

Essa incidência cresce para 72% no segmento entre R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão e muito próximo desse percentual (71%) no público entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, caindo a 20% na faixa acima de R\$ 10 milhões - em provável reflexo de uma diversificação ainda por demais restrita à alta renda.

“É interessante a pessoa com mais de R\$ 10 milhões ter presença mais diluída de ações e fundos imobiliários. Acreditamos que isso ocorra porque tem acesso a outros instrumentos; alguns usam fundos exclusivos, e aí são esses fundos que investem, não a pessoa física, e outros aplicam mais em multimercado do que diretamente em ações”, diz Guilherme Assis, CEO e cofundador do Gorila Invest. Ele também chama a atenção para uma variação, entre os perfis, na seleção dos papéis nos quais aplicar.

“A escolha de ações de quem tem menos de R\$ 100 mil é bastante concentrada em Itaú, que é um papel que paga bons dividendos. Por outro lado, aquele com mais de R\$ 10 milhões tem como ação mais presente a Petrobras. É curioso”, ele diz.

Outro aspecto que sobressai, afirma Assis, é a presença, nas carteiras de investidores com menos patrimônio, de ações com menos liquidez “e um pouco

mais especulativas”, como as do Banco Inter - o que ele mais uma vez credita a diferenças de perfil.

As conclusões do levantamento devem ser observadas à luz de algumas ressalvas. A primeira é que o estudo e sua segmentação são um retrato limitado aos quase 80 mil usuários da plataforma e de suas posições em 31 de janeiro. Além disso, não há certeza de que os dados da Gorila reflitam todo o patrimônio investido por esses 80 mil clientes, na medida em que não há como garantir que eles necessariamente informaram à plataforma todos os seus investimentos e posições - essa inserção é realizada pelos usuários, sem alimentação automática de dados ou possibilidades de verificação.

Esse último ponto deve passar a ser resolvido - ou amenizado - com a implementação do open banking. O modelo visa permitir ao cliente compartilhar seus dados com diversas plataformas, de acordo com seu interesse, concentrando informações de várias instituições ou centralizando operações.

“A gente acredita bastante no open banking - no nosso caso, o de investimentos”, afirma Assis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/03/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: Carf mantém IR sobre energia elétrica furtada

As distribuidoras de energia têm perdido no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) a disputa travada com a Receita Federal sobre a tributação de perdas com o furto de energia elétrica. Há pelo menos três decisões contrárias à dedução desses valores da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Todas da 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção.

Um dos casos foi julgado ontem. Os conselheiros decidiram manter uma autuação fiscal recebida pela Light Serviços de Eletricidade. O processo tinha um ponto novo: a apresentação de um boletim de ocorrência sobre o furto. A turma já havia analisado duas cobranças semelhantes. Uma delas da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia (processo nº 15586.720168/2018-14). Manteve cobrança de IRPJ e CSLL e afastou a de PIS e Cofins.

No caso da Light, a fiscalização considerou que as chamadas “perdas não técnicas” deveriam ter sido adicionados ao resultado para apuração do lucro real e cálculo do IRPJ e CSLL. Pelo Regulamento do Imposto de Renda, elas podem ser deduzidas em casos de furto ou fraude.

O assunto foi objeto de diferentes soluções de consulta da Receita Federal. E em 2017 foi destacado que deve haver queixa-crime para comprovação de furto, o que já era previsto pelo Regulamento do Imposto de Renda.

No processo, referente aos anos de 2013 e 2014, a companhia alega que fez um boletim de ocorrência. Porém, a fiscalização considerou o documento “vago e genérico” e alegou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) compensa os furtos na tarifa (processo nº 16682.721141/2018-13).

“A regra é o furto”, afirmou em sustentação oral o advogado Luiz Paulo Romano, do Pinheiro Neto Advogados, referindo-se a algumas áreas do Rio de Janeiro. Em 2013 e 2014, o furto, acrescentou, correspondeu a 20% da energia comprada da geradora. A empresa, segundo ele, aumentou seus investimentos em tecnologia, mas não conseguiu alterar a situação.

Já o procurador Rodrigo Burgos, da Fazenda Nacional, ponderou que a situação de violência no Rio de Janeiro é compensada na tarifa pela Aneel e a questão é considerada regulatória e não fiscal. “Não dá para resolver o problema da violência no Rio de Janeiro com a dedução de valores de furto de energia.”

No julgamento, o voto da relatora, conselheira Júnia Roberta Gouveia Sampaio, representante dos contribuintes, foi favorável à Light. Ela afirmou que é possível criar mecanismos para evitar furtos no varejo, o que não acontece no setor de energia. “As cidades brasileiras possuem regiões onde o poder público não chega, que também precisam ser abastecidas por energia”, disse.

A Aneel, segundo a relatora, considera as perdas na composição da tarifa, mas o modelo usa apenas o índice de violência, deixando de lado casos de corrupção. Ainda que o inquérito policial seja necessário, acrescentou, a Light cumpriu o requisito com o boletim de ocorrência.

O conselheiro Marcos Rogério Borges, representante da Fazenda, porém, divergiu. Em seu voto, disse que as perdas técnicas e não técnicas compõem o preço. Então, as distribuidoras não teriam prejuízo. Ele também questionou o boletim de ocorrência. “Achei genérico demais. É um ofício relatando para a

autoridade policial”, afirmou ele, acrescentando que considera difícil combater os furtos, mas entende que a empresa tem que se articular para isso.

Apesar da decisão de mérito, o processo voltou para a primeira instância. A Delegacia Regional de Julgamento terá que verificar valores de prejuízo fiscal que podem reduzir a cobrança. Por isso, ainda não cabe recurso. Para levar o caso à Câmara Superior, porém, a empresa vai precisar de precedente julgado em sentido contrário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Petróleo em queda deve levar a bloqueio no Orçamento

Crise deve levar equipe econômica a contingenciar Orçamento da União

Contágio. Peça orçamentária foi feita considerando preço do barril de petróleo em US\$ 58,96 e ontem o Brent foi cotado a US\$ 37,22; principal impacto é sobre receita com royalties já que cada US\$ 10 de variação do produto cria rombo de R\$ 5 bi nas contas do governo

Com uma perspectiva de crescimento mais lento da economia e a queda abrupta nos preços do petróleo, a equipe econômica já admite que o “cenário mais provável” é de bloqueio de recursos no Orçamento deste ano. Ambos os fatores têm efeitos negativos sobre a arrecadação da União, que será obrigada a segurar despesas para evitar o descumprimento da meta fiscal, que permite rombo de até R\$ 124,1 bilhões no ano. O choque nos preços de petróleo, por exemplo, pode reduzir as receitas obtidas com royalties e participações especiais.

Segundo fonte da área econômica, uma variação de US\$ 10 no preço do petróleo Brent causa um impacto de cerca de R\$ 10 bilhões na receita bruta do governo. Metade desse efeito (R\$ 5 bilhões) se dá diretamente nas contas da União, e a outra parcela recai sobre os governos regionais. O Orçamento federal foi elaborado considerando um preço médio de US\$ 58,96 por barril de petróleo Brent. Com esse valor, estimou-se uma receita de R\$ 61,1 bilhões em royalties e participações especiais de petróleo. Na época, a cotação da commodity estava próxima desse patamar.

Em 31 de dezembro de 2019, o contrato mais negociado fechou em US\$ 66. Em pouco mais de dois meses, o cenário mudou drasticamente: ontem, o petróleo Brent encerrou a sessão em US\$ 37,22 por barril, numa leve recuperação em

relação à queda abrupta do dia anterior. As novas projeções serão anunciadas hoje pelo Ministério da Economia. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, já admitiu que o preço médio do barril de petróleo usado nos cálculos oficiais deve ser reduzido, assim como a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

As receitas do Orçamento foram calculadas com uma expectativa de alta de 2,32%, mas o Boletim Focus, que traz as projeções de mercado, já aponta projeção de 1,99% para o ano. “Os dados apontam que contingenciamento é o cenário mais provável”, reconheceu Rodrigues. Segundo ele, apesar de algumas estimativas mais pessimistas entre analistas, o número do governo ainda deve prever uma alta superior a 2% no PIB este ano. O Orçamento de 2020 prevê hoje R\$ 126,3 bilhões em despesas com custeio e investimentos, que podem sofrer bloqueio em caso de necessidade.

Além da revisão em projeções, o governo ainda deve retirar da conta das receitas os R\$ 16,2 bilhões esperados com a privatização da Eletrobrás, o que contribuirá para o contingenciamento. Apesar dos reflexos do avanço do novo coronavírus e do choque do petróleo na economia brasileira, o mantra da equipe econômica tem sido o de que não há espaço fiscal para estímulos por meio de aumento dos investimentos com recursos da União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Colunas

Autor: CIRCE BONATELLI, MARIANA DURÃO E CRISTIANE BARBIERI

Título: » Em risco

Coluna do broadcast

A pedido do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Siticop- MG), a Justiça do Trabalho em Paracatu (MG) concedeu liminar determinando que a mineradora canadense Kinross forneça ampla gama de documentos e informações sobre a segurança na barragem de Eustáquio, que apresenta suspeita de trincas e fissuras.

» Medo. Traumatizados após as tragédias em Mariana e Brumadinho, os empregados representados querem que a empresa comprove as ações que estão sendo executadas para garantir sua segurança, segundo o advogado Maximiliano Garcez.

» Precioso. A Kinross é uma das maiores produtoras de ouro do Brasil, responsável por 22% da extração nacional e pelo mesmo percentual dos postos de trabalho formais do município de Paracatu, com cerca de 1.800 empregados

diretos e quase 3 mil terceirizados. A barragem Eustáquio está em operação desde 2010 e tem 750 milhões de metros cúbicos de capacidade, sendo que 19% do total são utilizados.

» Melhor prevenir. A juíza Claudia Eunice Rodrigues diz na decisão que em patrulhamento próximo à estrada de Machadinho, a Polícia Militar Ambiental constatou a presença de fissuras e trincas na estrutura. A magistrada escreveu que os responsáveis pela mineradora afirmaram que as avarias podem ter sido causadas pelas chuvas recentes.

» Decisão. “Ademais, se eventualmente houver riscos aos trabalhadores, as medidas devem ser preventivas e urgentes, em face da natureza das atividades desempenhadas e dos traumas já sofridos pela sociedade obreira em virtude de tragédias recentemente ocorridas no mesmo ramo”, escreve a magistrada.

» Resposta. A Kinross informou não ter sido notificada até ontem, mas disse que está disposta a colaborar com o envio das documentações que atestam a estabilidade e a segurança de suas barragens. Segundo a empresa, a barragem encontra-se estabilizada e sem comprometimento de sua estrutura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Mundo

Autor: Marina Dias

Título: Em viagem aos EUA, Bolsonaro prioriza narrativa a apoiadores

Miami “O senhor é a resposta das nossas orações”, afirmou o pastor Leidmar Lopes.

De cabeça baixa e olhos fechados, Jair Bolsonaro assentia à fala do presidente da associação de pastores do sul da Flórida, que organizou um encontro de brasileiros nesta segunda (9), em Miami.

“Nós, que estamos no exílio opcional, louvamos a Deus por sua vida, oramos por sua família, oramos por sua equipe”, completou o líder evangélico sob aplausos.

Minutos depois, foi a vez de Bolsonaro subir ao púlpito. “Confesso que jamais esperava estar na situação em que me encontro. Mas, para quem acredita em Deus, sabe que milagres acontecem.”

“Amém”, ecoou a plateia. A concordância incondicional carregou o presidente por mais 3 minutos de discurso.

No salão fechado com seus apoiadores, Bolsonaro reproduziu o repertório ideológico de seu grupo político e escalou novos ataques contra as instituições. Relembrou os anos de ditadura e de sua carreira militar, criticou a imprensa, lançou suspeitas sobre a Justiça Eleitoral e pressionou o Congresso às vésperas das manifestações de 15 de março.

Durante viagem aos EUA, Bolsonaro focou o discurso nos apoiadores—90% dos brasileiros em Miami votaram nele no segundo turno de 2018— enquanto as agendas oficiais foram pouco capitalizadas pela figura do presidente.

Seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), era um dos integrantes da comitiva, sempre com o celular voltado para os apoiadores digitais.

Publicava vídeos das escapadas do pai, que aproveitou as brechas na agenda para ir ao shopping, almoçar em uma churrascaria com o ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi e visitar o ateliê do pintor brasileiro Romero Britto.

Todos os dias, pouco antes das 7h30, Bolsonaro tomava café da manhã no hotel e, quase sempre, começava sozinho.

Perto das 8h, auxiliares começavam a chegar. Nesta terça (10), foi o **ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** quem apareceu—de roupa de ginástica— para distrair Bolsonaro das mexidas no celular.

Foi Albuquerque quem precisou falar à imprensa que o governo não planejava medidas emergenciais para enfrentar a crise gerada pelo derretimento dos mercados.

O ministro negou ainda o aumento da Cide, contribuição sobre o preço dos combustíveis recolhido pelo governo, e afirmou que o presidente estava tranquilo, minutos antes de Bolsonaro ir às redes sociais para dizer o mesmo. Foi também online que o presidente comemorou a assinatura de um acordo militar inédito entre Brasil e EUA.

O pacto para tentar ampliar a entrada brasileira no mercado de defesa americano foi negociado entre o ministro Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e o Departamento de Defesa dos EUA. O presidente, que foi até a base militar em Miami para a assinatura, não participou nem da declaração conjunta dos governos.

Bolsonaro também não estará em Washington nesta quinta (12), quando o Brasil vai aderir ao “América Cresce”, programa que promove e financia projetos de infra-estrutura na América Latina.

O chanceler Ernesto Araújo, que estava na comitiva de Miami, será o responsável por firmar o acordo com o Tesouro americano. A aparição pública mais esperada da viagem aconteceu antes do jantar com Trump, no sábado (7), no resort do presidente americano em Palm Beach.

Sem tradutor, Bolsonaro, que não fala inglês, não entendeu quando Trump afirmou que não poderia fazer promessas sobre novas tarifas aos produtos brasileiros.

O assunto preocupa empresários, que ouviram Bolsonaro duas vezes entre segunda e terça (10). Somados os dois discursos, o presidente falou 23 minutos ao setor.

Nas ocasiões, Bolsonaro minimizou a crise e disse que o coronavírus era superdimensionado pela imprensa. Aos jornalistas, por sua vez, dedicou menos de dois minutos ao longo dos quatro dias, numa entrevista coletiva antes de ir embora de Miami.

Desde que tomou posse, esta é a quarta vez que Bolsonaro viaja aos EUA e também a quarta que se encontra com Trump. Em sua passagem pela Flórida, priorizou a condução da narrativa aos apoiadores, enquanto ministros faziam a maior parte das articulações.

No evento com brasileiros na segunda, entre eles pastores e o ex-lutador de UFC Vitor Belfort, Bolsonaro disse que houve fraude eleitoral em 2018 e que poderia provar que foi eleito no primeiro turno.

A única contestação que o presidente recebeu foi quando disse que Fernando Haddad (PT) foi ministro da Educação por oito anos. “Não foi, não”, sussurrou um dos convidados. Foram quase sete anos do petista no cargo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Após tombo histórico, Bolsa de SP avança 7%; dólar recua para R\$ 4,647

Valorização é liderada pela Petrobras, cujas ações preferenciais subiram 9% na esteira da recuperação de 8,3% do petróleo

São Paulo - A Bolsa de Valores brasileira teve um pregão de recuperação nesta terça-feira (10), após o tombo histórico de 12,17% na véspera, a pior queda desde 1998.

O Ibovespa subiu 7,14%, a 92.214 pontos, na maior alta diária desde janeiro de 2009. A alta foi liderada por Petrobras e Vale, que subiram 9% e 18%, respectivamente.

O real também voltou a ganhar força nesta terça. A cotação do dólar comercial caiu 1,7%, a R\$ 4,647. O turismo caiu para R\$ 4,83 na venda. No ano, o dólar ainda acumula alta de 15,76% ante o real.

O Banco Central vendeu US\$ 2 bilhões à vista para dar liquidez ao mercado e reduzir a alta da moeda. Para esta quarta (11), a instituição volta aos leilões de swap cambial, contratos que remuneram o investidor pela variação cambial. Será oferecido US\$ 1 bilhão.

Nesta terça, investidores aproveitaram as fortes quedas para ajustar as carteiras, otimistas com estímulos econômicos nos Estados Unidos.

“Ontem [segunda, 9] foi atípico, porque muitos fundos são obrigados a seguir a política de risco e se desfazem de ações a qualquer custo, mas hoje [terça] já refizeram posição. Agora, a pessoa física também está mais consciente, muitos voltaram a comprar”, afirma Rodrigo Moliterno, chefe de renda variável da Veedha, corretora ligada à XP

Segundo a política de risco, um fundo é obrigado a vender ações caso a queda do Ibovespa atinja determinado patamar, de modo a proteger seus investidores. Segundo Moli-terno, este patamar é em torno de 7% a 10% de desvalorização do índice.

No início da noite de segunda, o presidente Donald Trump afirmou trabalhar com a possibilidade de cortar impostos sobre os salários para apoiar a economia no combate ao surto de coronavírus.

Na tarde desta terça, Trump se reuniu com senadores republicanos para discutir a medida. Segundo agências de notícias, o presidente considera duas opções: reduzir os impostos até novembro, época das eleições presidenciais, ou fazer um corte permanente nas taxas.

Um corte nos impostos sobre a folha de pagamento pode incentivar os gastos dos consumidores e auxiliar as famílias, que, de outra forma, poderiam ter dificuldades em quitar, pontualmente, pagamentos de aluguel e hipotecas ou pagar contas médicas caso o horário de trabalho dos membros da família sejam reduzidos durante o surto do coronavírus.

Com a iniciativa de Trump, as Bolsas americanas tiveram fortes altas. Dow Jones, S&P 500, e Nasdaq subiram 4,9% cada uma.

O contrário aconteceu na Europa. Segundo a agência de notícias Reuters, a chanceler Angela Merkel não acredita que a Alemanha precise de plano de estímulo no momento para conter os efeitos do coronavírus, e sim injeção de liquidez.

Na segunda, Berlim anunciara um pacote de socorro para empresas prejudicadas pelo novo coronavírus e um programa de investimentos públicos para evitar a recessão.

No Brasil, o otimismo americano deu suporte à recuperação do Ibovespa, que apagou mais da metade das quedas da véspera, quando o circuit breaker foi acionado com queda superior a 10% na abertura.

Também contribuiu a alta no preço do barril de petróleo. O contrato futuro do tipo Brent subiu 8,3%, a US\$37,22, após tombar 24% na segunda.

A Petrobras, que teve a maior queda da Bolsa na véspera e sua pior desvalorização diária da história, apagou parte da queda. As ações preferenciais (mais negociadas) subiram 9,4%, a R\$ 17,56. As ordinárias (com direito a voto), 8,6%, a R\$18,36.

Já a Vale superou o tombo de 15% da véspera, com alta de 18% nesta terça, a R\$ 44,81, com alta do minério de ferro.

O risco-país, medido pelo contrato de CDS (Credit Default Swap) de cinco anos, caiu 3,4%, após subir 30,3% na segunda. O índice foi a 179 pontos, patamar de maio de 2019.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona, Fabiano Maisomiave, João Valadares, Paula Sperb, Katna Baian e Fernanda Canofre **RIO DE JANEIRO, MANAUS, RECIFE, PORTO ALEGRE, CURITIBA E BELO HORIZONTE -**

Título: Rio diz que choque nos preços do petróleo é 'hecatombe' para receitas

Estados temem perdas com royalties e também com ICMS se combustível cair nas bombas

O choque de preços do petróleo preocupa governadores, principalmente aqueles que contam com a renda petrolífera para fechar as contas. Maior produtor do país, o Rio já começou a estudar medidas para compensar a esperada queda de receita com os royalties do petróleo.

O petróleo e os combustíveis estão entre os produtos com maior arrecadação de impostos no país, seja por meio de royalties e participações especiais cobradas sobre campos de grande produtividade, seja por meio do ICMS, o principal tributo estadual.

Em 2019, os royalties e participações especiais renderam R\$ 52,4 bilhões a União, estados e municípios. Foi o maior valor da história. Com petróleo Brent a US\$ 60 por barril e dólar a R\$ 4,10, a arrecadação saltaria para R\$ 60 bilhões neste ano, segundo simulação da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Na segunda (9), porém, o Brent caiu para US\$ 34,36, respondendo a turbulências nas relações entre Arábia Saudita e Rússia. Mesmo com a valorização do dólar, o valor do barril em reais é 33% menor do que o usado pela agência.

Nesta terça-feira, o Brent recuperou parte das perdas da véspera, ao subir 8,3% e fechar a US\$37,22.

O secretário de Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, classificou o cenário como “uma hecatombe”. Em 2019, royalties e participações especiais representaram 15% da receita do estado, que vive no aperto desde que as cotações despencaram entre 2014 e 2015.

Sua previsão, para este ano, era arrecadar R\$ 14 bilhões, mas as estimativas estão sendo refeitas. Ele não espera que o petróleo fique no patamar atual, mas não acredita também que voltará à casa de US\$ 60 por barril.

“Haverá um estudo sobre quais medidas vamos tomar [para compensar a frustração na arrecadação]”, disse. O foco está em buscar novas fontes de receita. O cenário pode retardar também o descontingenciamento de recursos feito no orçamento de 2020.

Quarto maior produtor do país, o Amazonas também fala em revisar o planejamento, considerando uma possível redução de receita. O estado tem a maior reserva provada terrestre de petróleo e gás do Brasil, a província de Urucu, no município de Coari.

“Vemos com preocupação essa queda, que pode impactar negativamente as receitas do estado”, diz o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC).

Em sua avaliação, as perdas podem chegar a R\$ 300 milhões no ano, “considerando royalties, ICMS e participações especiais, caso a Petrobras repasse parcialmente essa queda”.

O repasse nos preços terá impacto também em estados não produtores, uma vez que os combustíveis representam parcela importante da arrecadação com ICMS —em 2019, por exemplo, o item petróleo e combustíveis representou 17,6% da arrecadação do imposto estadual.

Em alguns casos, como Maranhão e Tocantins, a dependência supera 30% da arrecadação. Segundo o modelo atual, o ICMS é cobrado sobre um preço de referência estabelecido pelos governos estaduais com base nos preços dos postos.

Quanto menor o preço dos postos, portanto, menor a arrecadação. O secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Eli, diz que “ainda é cedo para avaliarmos o impacto”, mas a elevação do dólar nos últimos dias pode fazer com que “o preço do combustível permaneça o mesmo ao consumidor final”.

A Petrobras disse na segunda que vai monitorar o mercado antes de avaliar o impacto do choque de preços sobre suas operações, mas o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “a tendência é que os preços caiam nas refinarias”.

Outros governadores ouvidos pela Folha preferiram também manter cautela. Eduardo Leite (RS) disse que “é prematuro fazer avaliações mais aprofundadas”.

Os governos de Mato Grosso do Sul e Paraná afirmam que irão aguardar medidas concretas do mercado de combustíveis para fazer manifestações a respeito da arrecadação.

Para o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, o sistema atual, que faz o imposto acompanhar o preço de bomba, deixa os estados mais vulneráveis a volatilidades internacionais.

“Quando o preço sobe, como ocorreu no início do ano, a arrecadação sobe. Mas, quando desce, como agora, a arrecadação tende a cair.”

O setor defende a cobrança de alíquotas fixas para evitar essas oscilações.

“É mais racional do que essa volatilidade que agente vive”, argumenta Oddone.

Para os estados produtores, os impactos na arrecadação dos royalties levarão ainda um tempo, já que o recolhimento só é computado após o fechamento do mês. Em fevereiro, os beneficiários receberam valores referentes a dezembro, quando a produção nacional bateu recordes.

O surto de coronavírus começou a repercutir nos preços do petróleo no fim de fevereiro, diante do aumento dos riscos de impacto na economia global. No dia 19 daquele mês, a cotação do Brent estava em R\$ 258 por barril, considerando o câmbio da época. No primeiro dia de março, já era de R\$ 239 por barril.

Mesmo que as cotações se recuperem do susto de segunda, portanto, a expectativa é de impactos na arrecadação. O secretário do Rio lembra que o surto de coronavírus, ao mesmo tempo que derruba as cotações do petróleo, pressiona os gastos com saúde, dificultando ainda mais a situação.

Para o governador da Bahia, Rui Costa (PT), ainda é cedo para avaliar os impactos na economia, mas criticou a atuação do governo na condução da crise internacional. Para ele, Bolsonaro “tenta jogar gasolina no que já é difícil”.

“Estamos vendo as coisas acontecerem de uma semana para cá. Ninguém vende nada e ninguém compra nada. Isso é muito perigoso e é preciso muita cautela e muito juízo para conduzir o país neste momento.”

O governo de Minas Gerais diz que não vai se pronunciar por enquanto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Marina Dias

Título: Bolsonaro nega que haja crise e diz que problemas na Bolsa acontecem

Em evento esvaziado em Miami, presidente afirma que há muita fantasia sobre coronavírus

Miami - Não havia nem cem convidados quando Jair Bolsonaro (sem partido) chegou na manhã desta terça-feira (10) a um hotel no centro de Miami. Pelo menos 3 das 25 mesas do evento organizado por empresários brasileiros estavam completamente vazias.

Aos presentes, que incluíam o ex-piloto de F-1 Emerson Fittipaldi e o ex-lutador de UFC Vitor Belfort, o presidente insistiu na retórica de que o quadro econômico do Brasil está controlado, negou que haja crise com o derretimento dos mercados financeiros em todo o mundo e disse que a imprensa é culpada pela situação.

Na avaliação de Bolsonaro, “muito do que falam é fantasia”, “problemas na Bolsa acontecem” e é melhor “cair 30% o preço do petróleo do que subir”.

Na segunda-feira (9), ele já havia minimizado o coronavírus como uma das causas das perdas históricas dos mercados e dito que as notícias sobre a doença estavam “superdimensionadas”.

“Durante o ano que se passou, obviamente, temos momentos de crise. Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga. Alguns da imprensa conseguiram fazer de uma crise a queda do preço do petróleo”, afirmou o presidente nesta terça.

“É melhor cair 30% do que subir 30% o preço do petróleo”, continuou.

“Mas isso não é crise. Obviamente, problemas na Bolsa, isso acontece esporadicamente. Como estamos vendo agora há pouco, as Bolsas que começam a abrir hoje [terça] já começam com sinais de recuperação”, afirmou Bolsonaro.

Nesta terça, a Bolsa fechou em alta de 7% após sofrer, na véspera, a maior queda do século, superior a 12%, mas empresários e especialistas de todo o mundo já falam que a possibilidade de uma crise global é inevitável.

Na segunda, impactadas pelo avanço do coronavírus e pela guerra do preço do petróleo entre Rússia e Arábia Saudita, as Bolsas do Brasil e do EUA despencaram e chegaram a ter circuit breaker —quando as negociações são interrompidas compulsoriamente devido à queda nos preços das ações.

Durante uma viagem de quatro dias aos EUA, Bolsonaro se reuniu duas vezes com empresários e fez discursos bem rápidos. Oito minutos, no primeiro, e 15, no segundo. Ele evitou a imprensa durante todo o período que passou em Miami e falou a jornalistas pela primeira vez somente nesta terça, antes de embarcar para Jacksonville, onde fez uma visita à fábrica da Embraer. Depois, seguiria para Brasília.

Após o evento com empresários, questionado pela imprensa sobre a crise, o presidente repetiu que não vai tomar medidas emergenciais, como o aumento da Cide, contribuição sobre o preço dos combustíveis recolhido pelo governo federal. Ele já havia declarado a mesma coisa via redes sociais, nesta segunda.

“Zero, zero, não existe isso [aumentar a Cide]. A política que a Petrobras segue é a de preços internacionais, então a gente espera, obviamente —não como presidente, mas como cidadão—, que o preço caia nas refinarias e seja repassado ao consumidor na bomba.”

O encontro de Bolsonaro com empresários brasileiros desta terça foi organizado pro Mario Garnero, presidente do Fórum das Américas. Ele enviou uma carta ao

presidente dos EUA, Donald Trump, para pedir que o presidente brasileiro fosse recebido pelo americano na Flórida.

No sábado (7), Bolsonaro jantou com Trump em Mara-Lago, o resort do presidente dos EUA perto de Miami. O encontro estava sendo costurado desde dezembro pelo governo brasileiro.

Diante dos empresários, brasileiros, Bolsonaro repetiu três vezes que tem boa relação com Trump, disse que o americano “já falou que me considera um amigo” e que “foi dado o primeiro passo” para um acordo de livre-comércio entre os dois países.

“Discutimos questões pontuais, como é do interesse americano, etanol e carne de porco. Pedi para ele para que nós deixássemos questões pontuais e discutíssemos de forma mais ampla. Ele concordou. Então nossas assessorias vão começar a discutir livre-comércio mais amplo com EUA.”

Como mostrou a Folha, até agora autoridades dos governos brasileiro e americano não consideram que seja possível fazer um acordo de livre-comércio entre Brasil e EUA, visto que não há interesse político ou econômico para derrubar tarifas de ambos os lados. As ações, até agora, estão sendo feitas no sentido de medidas para a facilitação de negócios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: PAOLA DE ORTE Especial para O Globo MIAMI

Título: ‘Coronavírus não é isso tudo’, diz Bolsonaro

Em discurso a empresários em Miami, presidente afirma que ‘muito do que se fala é fantasia’ e que é melhor o preço do petróleo cair do que subir.

Mandatário anuncia que começará a discutir ‘de forma mais ampla’ acordo de livre comércio com os EUA

Um dia depois do caos nas principais Bolsas, o presidente Jair Bolsonaro afirmou a uma plateia de empresários em Miami que o coronavírus “não é isso tudo, muito do que se fala é fantasia e é melhor o preço do petróleo cair do que subir”.

—Durante o ano que se passou, obviamente, temos momentos de crise. Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga. Alguns da imprensa conseguiram fazer de uma crise a queda do preço do petróleo, entendo que daria muito mais... é melhor cair 30% do que subir 30% do preço do petróleo. Isso não é crise.

Menos de cem convidados assistiram ao discurso. Bolsonaro está na Flórida desde sábado, quando jantou com o presidente dos EUA, Donald Trump. Bolsonaro argumentou que problemas podem acontecer no mercado de ações e lembrou que a Bolsa iniciou os negócios ontem em alta. Além do movimento de correção após as fortes baixas registradas na véspera, o pregão foi influenciado pela expectativa em relação ao plano de Trump de cortar imposto sobre a folha de pagamento.

—Problemas na Bolsa... Isso acontece esporadicamente. Como estamos vendo agora há pouco. As Bolsas que começam a abrir já começam com sinais de recuperação.

Bolsonaro reiterou que não haverá mudança na política de preços da Petrobras.

—Zero, zero, não existe isso. A política que a Petrobras segue é a de preços internacionais, então a gente espera, obviamente, não como presidente, mas como cidadão, que o preço caia nas refinarias e seja repassado ao consumidor na bomba.

Bolsonaro disse que, durante o jantar com Trump, pediu para que a conversa bilateral passasse de temas pontuais, como etanol e carne de porco, para uma discussão mais ampla de livre comércio:

—Pedi para ele para que nós deixássemos questões pontuais e discutíssemos de forma mais ampla. Ele concordou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS E JOÃO SORIMA NETO RIO, SÃO PAULO E BRASÍLIA

Título: Bolsas têm dia de alta com expectativa de estímulo

Trump fala em pacote, mas não dá detalhes. Ibovespa avança 7,14%, e índices de NY sobem quase 5%. Dólar comercial recua 1,77%, a R\$ 4,644, depois de registrar novo recorde na segunda-feira

O Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, fechou ontem em alta de 7,14%, aos 92.214 pontos, graças à expectativa em torno de um pacote de estímulo nos Estados Unidos para fazer frente aos impactos do coronavírus na economia. Na véspera, o indicador havia desabado 12,17%, a maior queda desde 1998. Segundo analistas, também houve um movimento de correção. Já o dólar comercial recuou 1,77%, a R\$ 4,644, depois de registrar um novo recorde na segunda-feira, a R\$ 4,728.

—A Bolsa iniciou o ano aos 115 mil pontos. Somente ontem, caiu 12%. É normal ter esse movimento de recuperação. O mercado está reavaliando muitas ações, na tentativa de fazer novas apostas —disse Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos.

O presidente Donald Trump se reuniu com o Congresso americano ontem para discutir um pacote de estímulos fiscais para mitigar os efeitos do coronavírus na economia. Ao falar com a imprensa após o encontro, porém, ele não deu detalhes sobre o projeto.

— Se os EUA reduzirem os impostos sobre a folha de pagamento, as empresas terão mais dinheiro para gastar. Essas medidas são focadas em estimular o consumo, responsável por grande parte do PIB americano —avaliou Sean Butler, presidente executivo da Golf Invest.

Em Nova York, os índices recuperaram parte das perdas da véspera, superiores a 7%. O Dow Jones teve valorização de 4,89%, enquanto o S&P 500, mais amplo, avançou 4,94%. A Bolsa eletrônica Nasdaq subiu 4,95%.

PETRÓLEO SOBE 8,32%

A possibilidade de que a Rússia volte à mesa de negociações com a Arábia Saudita também animou os investidores. O ministro de Energia russo, Alexander Novak, afirmou ontem que Moscou não descarta uma aliança com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para estabilizar o mercado de petróleo.

Com isso, o barril do óleo tipo Brent, que na véspera havia desabado 24%, encerrou ontem com valorização de 8,32%, a US\$ 37,22.

A recuperação da commodity puxou as ações da Petrobras. Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) avançaram 8,51%, a R\$ 18,36, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) subiram 9,41%, a R\$ 17,56. Na véspera, ambos haviam caído quase 30%.

A Vale saltou 18,45%, a R\$ 44,81, recuperando-se do tombo de 15,2% da véspera.

Os papéis ON do Banco do Brasil subiram 5,26%, a R\$ 39,61%. Já as ações PN do Bradesco e do Itaú Unibanco registraram ganhos de 2,41% (a R\$ 27,19) e 2,48% (a R\$ 28,49), respectivamente.

HOJE, NOVA ATUAÇÃO DO BC

No mercado de câmbio, a atuação do Banco Central também ajudou a segurar o dólar. Às 9h10m, foram ofertados US\$ 2 bilhões em leilão à vista. O lote foi vendido integralmente. Na segunda-feira, foram injetados US\$ 3,5 bilhões no mercado à vista, mas mesmo assim o dólar subiu.

Também ontem, o BC anunciou que vai oferecer hoje ao mercado até US\$ 1 bilhão em contratos de swap cambial (que equivale a uma venda de dólar no futuro).

As Bolsas europeias fecharam em queda depois que a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ter dito que o país não precisa de um plano de estímulo, e sim de injeções de liquidez. Frankfurt recuou 1,41%, Londres caiu 0,09% e Paris perdeu 1,51%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA, MARCELLO CORRÊA, HENRIQUE GOMES BATISTA E JOÃO SORIMA NETO BRASÍLIA E SÃO PAULO

Título: Governo avalia medidas. Guedes pede ao Congresso aprovação de 16 projetos

Estímulos no radar:

O governo prepara medidas para conter os efeitos do agravamento da crise global, causada pelo novo coronavírus e pela guerra do petróleo entre Rússia e Arábia Saudita. O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, admitiu ontem que há estudos para implementar ações de estímulo à economia. O foco do governo, porém, permanece na defesa das reformas.

— Medidas fiscais de estímulo são estudadas, como são estudadas diversas outras medidas. Não paramos de estudar — afirmou, após participar de evento do Ipea. — Não descartamos análises e estudos de nenhuma medida, mas a nossa diretriz hoje é de nos mantermos na defesa das medidas estruturais que propusemos.

A equipe econômica não trabalha, por outro lado, com aumento de gastos públicos. Técnicos estudam o receituário adequado para lidar com a turbulência, mas riscaram das opções saídas como a flexibilização do teto de gastos — regra que limita as despesas da União — e a concessão de benefícios fiscais. Isso porque o quadro das contas públicas é grave. A avaliação é que “as melhores armas” são as reformas.

— O espaço fiscal é limitado. Estamos no sétimo ano de déficit—disse Rodrigues.

BLOQUEIO NO ORÇAMENTO

Sem medidas de estímulo fiscal, as alternativas disponíveis poderiam ser voltadas para oferta e demanda de crédito na economia. Nesta semana, por exemplo, Banco do Brasil e Caixa anunciaram reforço nas linhas de curto prazo para empresas.

Ao mesmo tempo, o secretário reconheceu que a desaceleração da economia e a queda no preço do barril de petróleo farão o governo bloquear recursos do Orçamento, na próxima semana. O primeiro passo para isso será feito hoje, quando o governo divulga previsões menores para o PIB e o valor do petróleo deste ano. Até agora, o governo previa expansão de 2,4% no PIB este ano. Nos dois casos, há impacto na receita, com necessidade de corte das gastos.

Um interlocutor do ministro Paulo Guedes alerta para o risco de flexibilizar o ajuste fiscal e comprometer a credibilidade do governo. O ponto central é que não há como ajudara economia “usando recursos que não temos”, disse a fonte. O Orçamento prevê rombo de R\$ 124,1 bilhões este ano.

As ações do governo começarão a ficar mais claras hoje. De volta dos EUA, o presidente Jair Bolsonaro convocou reunião no Palácio do Planalto para tratar da crise. Além de Guedes, ministros da área política também participarão.

Ontem, Guedes enviou ao Congresso um ofício em que defende acelerar a pauta que vem conduzindo junto aos parlamentares. O motivo é o agravamento da crise internacional. Na lista de 16 projetos e três propostas de emenda constitucional (PECs) para blindar a economia brasileira estão a autonomia do Banco Central, a lei de concessões, a privatização da Eletrobras, a PEC dos Fundos Públicos, a Pacto Federativo, que muda a distribuição de recursos a estados e municípios, e a Emergencial, que cria gatilhos para redução de despesas. O argumento é que, com o avanço das propostas, haveria espaço fiscal para estímulo econômico.

Ele considera a aprovação desses projetos como “extremamente relevante para resguardar a economia do país, aumentar a segurança jurídica para os negócios e atrair investimentos”

POUCA MARGEM DE AÇÃO

Enquanto o governo tenta articular uma reação, analistas veem pouco espaço para atuação em razão da crise fiscal. Mesmo o corte de juros, esperado pelo mercado na próxima semana, deve ser calibrado para evitar a disparada do

dólar. Juros mais baixos tendem a provocar a saída de recursos estrangeiros, desvalorizando o real frente ao dólar. Por isso, economistas veem redução de 0,25 ponto percentual.

— Acredito na queda de 0,25 ponto percentual agora, de acordo com as expectativas do mercado para inflação e atividade econômica. Inicialmente, o BC sinalizou uma queda de 0,5 ponto, mas está cauteloso. Vai observar os impactos sobre o câmbio e, dependendo do que ocorrer, pode fazer outro corte em maio — afirma Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central e sócio da consultoria Tendências.

Para Loyola, a venda das reservas de dólares é positiva, embora não acredite que a política monetária seja tão eficaz num cenário de incertezas como o atual, em que ainda não é possível estimar os impactos do coronavírus na economia.

O real mais fraco é resultado da pressão por mais quedas de juros, diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco Mizuho:

— Se baixar o juro demais, pode afetar o câmbio. Se baixar de menos, traz pessimismo ao crescimento do país. O 0,25 é ponto de equilíbrio.

Para Flávio Serrano, economista-chefe do banco Haitong, o impacto do coronavírus na atividade econômica será mais forte no segundo trimestre — e ainda é imensurável — o que poderia interromper os sinais de retomada.

Especialistas avaliam que o governo tem ação limitada, já que as medidas disponíveis embutem riscos. Duas características são consenso: é necessária maior coordenação política e o país está mais dependente do humor e de medidas internacionais.

— Às vezes buscamos na economia uma solução que não está na economia, mas na política. Acredito que é este o caso agora — disse Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do FGV-Ibre. — O Executivo e o Congresso precisam se entender, não apenas pelas reformas, mas para mostrar que o país tem um rumo.

Em sua opinião, todas as principais medidas — fiscal, monetária e de liquidez para os bancos — geram grandes riscos, que podem ampliar ainda mais a insegurança, base do baixo crescimento do PIB e do fraco investimento.

Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), defende uma mudança fiscal para permitir investimentos, que podem servir de motor do crescimento:

— Os investidores não estão atrás de rentabilidade, mas de segurança.

Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, avalia que a reação do governo é intensificar as reformas tributária e administrativa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Com alta do dólar, tarifa da Light sobe 5,98% e a da Enel, 2,48%

Reajuste na conta de luz entra em vigor no próximo domingo. Custo decorrente da falta de chuvas em 2019 também pesou

Puxadas pela alta do dólar, as contas de luz dos consumidores do Rio vão subir. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, ontem, reajustes nas tarifas da Light e da Enel Rio. Os clientes residenciais (baixa tensão) da Light terão uma alta média de 5,98%. Já os da Enel Distribuição Rio, que atende Niterói, Região dos Lagos e Norte Fluminense, vão subir 2,48%. Os reajustes entram em vigor no próximo domingo para as duas empresas.

Para os consumidores industriais da Light, o aumento médio será de 6,73%. No caso da Enel Rio, esse grupo de consumidores terá uma alta de 3,38% nas suas tarifas. A energia elétrica é reajustada considerando uma série de fatores, como o dólar e os custos decorrentes da falta de chuvas.

E a disparada do dólar pesou nas contas. Isso ocorre porque Light e Enel têm como grande fonte a energia gerada na hidrelétrica de Itaipu, onde os custos são todos fixados em dólar. Por isso, quando a moeda americana sobe muito, como está ocorrendo nos últimos meses, há impacto direto nas tarifas.

—Temos que ter atenção a essa questão do dólar neste ano. É um ponto de atenção para impacto na tarifa — disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

A falta de chuvas e o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas registrados no ano passado também contribuíram para a alta nas tarifas em 2020. Com menos chuvas que a média, foi preciso acionar mais termelétricas (que são mais caras que as hidrelétricas) para garantir o suprimento. Parte dessa conta adicional ficou para ser paga este ano.

Além disso, só de subsídios —que cobrem programas do governo no setor elétrico, como o Luz para Todos e descontos nas tarifas para usuários de baixa renda — os clientes de todo o Brasil pagarão R\$ 20 bilhões nas contas de luz em 2020.

Tudo é repassado para as contas de luz. Quando a conta chega ao consumidor, ele paga pela compra da energia (custos repassados às usinas), pela transmissão (custos da transmissora responsável pelo transporte da eletricidade) e pela distribuição (serviços prestados pela distribuidora), além de subsídios e impostos.

Os impostos sobre as contas de luz no Rio são os mais altos do país. Na tarifa da Light, 34% são impostos; 32,7% vão para compra de energia; e 10,9%, para encargos. Ficam com a distribuidora, de fato, 16,5% da receita auferida pela empresa.

DEVOLUÇÃO ADIADA

A Enel Rio tem a tarifa de energia mais cara do Brasil, segundo a Aneel. A tarifa da Light está na quarta posição desse ranking, que varia ao longo do ano. Mas as empresas do Rio estão sempre entre as tarifas mais altas, tendo os furtos de energia entre os principais fatores para esse cenário.

— As cotas de Itaipu têm impacto em todas as distribuidoras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É preciso considerar ainda a elevada alíquota de ICMS, que representa 22% das receitas das distribuidoras — disse Elisa Bastos, diretora da Aneel responsável pelo reajuste da Light.

No caso da Light, chegou a ser discutido até mesmo uma diminuição nos valores, mas a alta do dólar e a previsão menor de chuvas nas regiões das hidrelétricas fizeram a conta do carioca aumentar pelo quarto ano seguido. Estava prevista ainda devolução de R\$ 3,5 bilhões às contas, por causa de um processo vencido pela Light na Justiça. A forma como essa devolução será feita ainda não foi definida pela Aneel e, por isso, acabou não entrando no reajuste deste ano e deve ficar para 2021.

A empresa lembrou, em nota, que a tarifa estabelecida pela Aneel não incorpora a contribuição para iluminação pública. “Vale ressaltar ainda que, do total do reajuste, a Light fica apenas com 1,11 ponto percentual do efeito médio. Este valor é aplicado no pagamento dos custos com manutenção e expansão da rede, no combate ao furto de energia e no atendimento aos mais de quatro milhões de clientes” diz o texto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/03/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Trégua no mercado, incerteza no futuro

Depois do mergulho da segunda-feira, com uma queda de mais de 12%, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) teve uma trégua ontem. A valorização de 7,14% do Ibovespa, principal índice de lucratividade da B3, foi insuficiente para recuperar o prejuízo da véspera, mas garantiu fôlego para retomar o patamar dos 90 mil pontos, fechando o pregão aos 92.214 pontos. O humor do mercado refletiu a alta no preço do petróleo, após o maior tombo desde a Guerra do Golfo, em 1991, e a expectativa de que os bancos centrais das principais economias do mundo vão injetar liquidez no mercado. No Brasil, com atuação do Banco Central (BC), que vendeu US\$ 2 bilhões à vista, o dólar caiu 1,71%, cotado em R\$ 4,65.

O temor do mercado com o impacto do coronavírus na economia global virou pânico depois que Arábia Saudita e Rússia protagonizaram uma nova guerra do petróleo no fim de semana. Ontem, a calma foi reflexo de uma sinalização dos **ministros de Minas e Energia** dos dois países de buscarem um acordo sobre redução da produção para elevar o preço do barril, explicou Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie). “Antes do coronavírus, o barril estava em US\$ 60. Na semana passada, caiu a US\$ 45 e ontem (segunda-feira) a US\$ 34. A recuperação para US\$ 37,5 hoje (ontem) ainda não retrata a realidade”, afirmou.

Para o especialista, no atual cenário, não há como voltar aos patamares dos US\$ 60 por barril. “Mas deveria estar em US\$ 45”, disse. Por isso, na véspera, as ações da Petrobras tiveram a maior queda desde 1998, de quase 30%, e a estatal perdeu, num só pregão, R\$ 91 bilhões em valor de mercado. Ontem, recuperou parte do prejuízo. Os papéis ordinários da companhia subiram 8,51% e os preferenciais, 9,41%.

Para Ricardo Balistiero, mestre em economia e coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia, o movimento é de manada. “O fato gerador foi o coronavírus, que afetou o preço do barril do petróleo e detonou um movimento de venda e corrida para o dólar. Nos dias subsequentes a isso, o mercado melhora um pouco porque tem as pechinchas, ativos muito baratos. A alta de 7% teve tudo a ver com o estresse da véspera”, avaliou. Balistiero alertou, no entanto, que não há nenhuma razão para achar que isso é tendência. “Serão altos e baixos até que a incerteza do coronavírus passe”, assinalou.

Sem previsão

O economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, explicou que a trégua também é resultado da expectativa dos bancos centrais de que darão liquidez. “Mas liquidez aumenta a volatilidade”, ressaltou. Além disso, a

incerteza permanece sobre coronavírus e até ficarem claras as posições de Arábia Saudita e Rússia sobre produção de petróleo, segundo o analista. “Pode ser que o mercado comece a ver isso como custo mais baixo e redução do combustível para gerar algum otimismo. Mas não é possível prever nada”, afirmou.

Na opinião de Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, não existe fator fechado e definitivo que justifique a gangorra dos mercados. “O que existe são expectativas de que os governos do Japão, da China e dos Estados Unidos vão adotar medidas para minimizar o impacto do coronavírus e da guerra do petróleo”, analisou. Rosa também aposta na continuidade do sobe e desce das bolsas. “Como os preços caíram muito na segunda, abriu uma porta para recuperação na terça”, ponderou.

O movimento de recuperação ocorreu também na Ásia e nos Estados Unidos. Os principais índices norte-americanos se valorizaram. O Dow 30 subiu 4,89%, o S&P 500 teve alta de 4,94% e o Nasdaq, de 4,95%. Na Europa, contudo, as bolsas continuaram em queda. Na de Frankfurt, o recuo foi de 1,41% e, na de Paris, houve desvalorização de 1,52%. Na Espanha e na Itália, dois países onde o coronavírus está fazendo mais estragos, o tombo foi maior: Milão, - 3,28%, e Madri, -3,21%.

Emoção x Razão

No Brasil, o pregão refletiu mais emoção do que razão, segundo William Teixeira, head de renda variável da Messem Investimentos. “O investidor não sabe para onde ir. Teve gente zerando posições de longo prazo na véspera e que hoje voltou para o mercado”, afirmou. A trégua de ontem, disse, é porque o Brasil está seguindo o ritmo de fora. “Houve sinalização de Donald Trump (presidente dos EUA), injetar dinheiro na economia. O G7 (grupo das sete maiores economias do mundo) está comprometido em fazer estímulos em conjunto. Isso deve dar uma animada”, explicou. Esse ritmo ditado pelo mercado externo reflete o compasso de espera interno. “O governo ainda precisa enviar as reformas tributária e administrativa. O Congresso está esperando”, alertou.

Enquanto, na Bolsa de Valores, o movimento foi de desespero, o dólar seguiu sua trajetória ascendente mesmo com a intervenção do Banco Central, que queimou US\$ 3 bilhões em reservas na segunda-feira e não conteve a divisa norte-americana. Na véspera, bateu R\$ 4,72. Ontem, a autoridade monetária vendeu mais US\$ 2 bilhões à vista e conseguiu derrubar a moeda, porque o ambiente internacional permitiu. O dólar recuou 1,71%, a R\$ 4,65. Para Reginaldo Galhardo, gerente de câmbio da corretora Treviso, o BC está tentando dar liquidez ao mercado. “Em conta-gotas se comparar com os EUA,

que injetam US\$ 175 bilhões em um dia”, disse.

Galhardo lembrou que houve fuga de mais de US\$ 50 bilhões do Brasil no ano passado e, este ano, continua saindo dólar. “A perda de liquidez do ano passado não se via há muitos anos. A balança comercial foi negativa em janeiro e não ajudou. O BC começou fazendo rolagem, operação de swap e agora está vendendo à vista para apaziguar”, explicou.

MME / ASCOM .